



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA DA SAÚDE REALIZADA NO DIA TRINTA DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO NA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS, COM PREVISÃO DE INÍCIO ÀS NOVE HORAS.

Realização: Secretaria da Saúde

Presidente: Vereador Gilvan Passos

Assunto: Prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2025

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Bom dia, sob a proteção de Deus, dou por abertos os trabalhos desta manhã. Sou o Vereador Gilvan Passos, Presidente da Comissão Permanente de Higiene e Saúde Pública.

Neste momento, gostaria de convidar a Secretária, Vereadora Janete Rocha Pietá. A Vereadora gostaria de ficar na parte de baixo. Claro, Vereadora. Obrigado, Vereadora.

Eu gostaria de convidar também o Vereador Geraldo Celestino, que é membro da Comissão de Saúde, e com muita saúde, graças a Deus. Eu gostaria de convidar o nosso Secretário da Saúde, Márcio Chaves Pires; a Secretária-adjunta da Saúde, a Flávia de Souza; o chefe de gabinete, Rafael de Queiroz, o Presidente do Conselho Municipal da Saúde, Vilcemar José dos Santos.

Eu também gostaria de anunciar e agradecer a presença dos Vereadores doutor Laércio Sandes, Vereador Danilo Gomes; da assessora Vera, representando a Vereadora Carlinda Tinoco. Obrigado também pela presença, pela presença de todos aqueles que trabalham, que são voluntários em prol da saúde da nossa cidade. Também aos técnicos, a nossa equipe aqui da Câmara, da Prefeitura e todos aqueles também que nos acompanham aí pela TV Câmara.

Bom, as inscrições também já podem ser feitas, já estão abertas, já pode se escrever ali. Eu gostaria já de passar a palavra para o nosso Secretário, para que ele possa fazer aí a apresentação.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar o Presidente Gilvan, que coordena os trabalhos nesta manhã. Cumprimentar o Vereador Geraldo Celestino e a Vereadora

Janete Pietá, que fazem parte da Comissão de Saúde aqui do Poder Legislativo. Saudar e cumprimentar o Vereador Laércio Sandes, o Vereador Danilo Gomes. E cumprimentar todos os assessores aqui da Câmara Municipal de Guarulhos. Saudar e cumprimentar o doutor Vilcemar, que é o presidente do Conselho Municipal de Saúde. Cumprimentar a todos os colaboradores da Secretaria Municipal de Saúde e a população presente.

Conforme determinação da Lei Complementar nº 141/2012, comparecemos nesta manhã para fazer a prestação de contas referente ao primeiro quadrimestre do ano de 2025. Portanto, a primeira prestação de contas da atual gestão do Prefeito Lucas Sanches.

Vamos, seguindo o que determina a Lei Complementar nº 141/2012. Eu também gostaria de saudar aqui a Flávia, a Secretária-adjunta. Conforme a Lei Complementar nº 141/2012, existe um formato para apresentação desta prestação de contas, que basicamente são os dados econômico-financeiros e os dados assistenciais. Então, vamos iniciar pela parte da gestão financeira.

O que a gente pode observar aqui, no primeiro quadro, nós temos a demonstração das receitas do Tesouro Municipal. Em termos bem gerais, nós temos o valor orçado, enquanto receita municipal, da ordem de R\$ 5,46 bilhões 918 mil, e as receitas realizadas no primeiro quadrimestre equivaleram a R\$ 1.847.512.091,08. Portanto, no primeiro quadrimestre, esse valor representa exatamente 36,6 por cento do orçamento previsto para o ano de 2025.

Do ponto de vista, como todos sabem, ao mandamento constitucional da vinculação de 15 por cento da receita de impostos para aplicações na área da saúde.

E aí nós temos o segundo quadro, que apresenta receitas realizadas R\$ 1.847.512.091,08, e a despesa liquidada para o período foi da ordem de R\$ 401.429.073,51, o que equivale a 21,73, ou seja, bem acima daquilo que é o mandamento constitucional da taxa percentual de 15 por cento.

O demonstrativo percentual ao longo desse período, nós estamos vendo aí o orçamento atualizado da ordem de R\$ 388.451.408,47, referente à área da saúde, e a despesa liquidada da ordem de R\$ 117.827.810,40. O histórico percentual de aplicações o ano de 2021 foram aplicados 21,53; o ano de 2022 19,73; 2023 22,14, 2024 22,47 e no primeiro quadrimestre de 2025 21,73; portanto, dentro da média. E vale lembrar que o primeiro quadrimestre de início de uma gestão, quase sempre, você ainda não tem todos os contratos formalizados; portanto, a diferença em relação ao ano anterior é perfeitamente justificável, mas demonstra de forma clara e

inequívoca que a administração não teve solução de continuidade em relação à prestação de serviços na área da saúde.

Do ponto de vista de recursos estaduais, que é o próximo quadro, a gente vai observar que a participação da arrecadação em termos de IGM do SUS Paulista equivale a R\$ 3.511.735. Temos aqui também a questão das principais instituições que recebem a tabela SUS Paulista e que faz parte também de recursos do Fundo Municipal de Saúde, Hospital Maternidade Jesus José e Maria, que tem uma participação da ordem de R\$ 5.371.521,67, Hospital Stella Maris, R\$ 4.075.763,14, Diaverum, que é prestador de serviços na área de hemodiálise, R\$ 1.539.981,31, e a Davita, que também é outro prestador de serviços na área de hemodiálise, R\$ 841.614,11. Portanto, o Governo do Estado contribuiu com repasses da tabela SUS Paulista da ordem de R\$ 11.828.880,23 para os prestadores de serviços aqui no âmbito do município de Guarulhos.

Temos também uma parcela extra do SUS Paulista da ordem de R\$ 3.511.735, que foi para o Fundo Municipal de Saúde, e uma emenda do Deputado Estadual doutor Elton da ordem de R\$ 10 milhões. Recursos federais – a participação do Governo Federal em termos do Bloco de Manutenção e Bloco de Estruturação do SUS, aqui no município de Guarulhos – equivaleram a R\$ 87.137.750,97; portanto correspondendo a 36 por cento das despesas da área da saúde.

Ponto de vista da gestão financeira, apenas para que os senhores tenham ideia, o orçamento atualizado para a área da Saúde está na ordem de um bilhão, 475 milhões, 612 reais, 010.29. Esse é o orçamento atualizado. O orçamento inicial foi da ordem de um bilhão, 381 milhões, 965 mil, 101.82.

Como compõem o Fundo Municipal de Saúde? É o próximo quadro. Tesouro Municipal, um bilhão, 88 milhões, 301 mil, 905.14. Transferências estaduais, 71 milhões, 243 mil, 386.75 e Transferências e Convênios do Governo Federal da ordem de 316 milhões, 66 mil, 718 reais e 40 centavos, perfazendo o orçamento de um bilhão, 475 milhões, 612 mil, 010 reais e 29 centavos. É importante aqui destacar que o Tesouro Municipal é o grande financiador das ações de Saúde no Município de Guarulhos, equivalendo a 73.75 por cento do orçamento previsto de 21.42 referentes às transferências do Governo Federal, que é o segundo maior financiador do orçamento municipal da Saúde e o Governo do Estado contribuindo com 4,83 por cento.

No próximo quadro, temos aí por Fonte de Recursos, que é outra forma de apresentar esses mesmos dados que acabei de apresentar aqui só que de outra forma. Já com o 1º Quadrimestre, dos um bilhão, 88 milhões, 301 mil, 905,14 dos Recursos do Tesouro Municipal previstos, no 1º Quadrimestre de 2025 foram Empenhados, 469 milhões, 646 mil, 896 reais e

77 centavos e Liquidados, 401 milhões, 499, 446 e 89 e, efetivamente Pagos desse valor Liquidado, 353 milhões, 691 mil, 535 reais e 70 centavos que equivalem a 88 por cento de todas as despesas da Saúde ocorridas no período do 1º Quadrimestre de 2025.

Recursos e Transferências Estaduais, o valor empenhado foi de 33 milhões, 37 mil, 370 e 88; Liquidado, 16 milhões, 768, 177 e 34 e Pagos, 14 milhões, 497 mil, 606 e 34, que equivalem a 86 por cento do valor previsto orçamentariamente.

Recursos e Transferências de Convênios Federais. Nós tivemos um valor Empenhado da ordem de 180 milhões, 205 mil, 141 e 88; Liquidados, 100 milhões, 989 mil, 259.68 e, efetivamente Pagos, 79 milhões, 910 mil, 075 e 89.

Para quem não está familiarizado com os termos é importante destacarmos o seguinte, quando você assina um contrato é obrigado a fazer um empenho, então, assume que aquele valor já está comprometido para um determinado contrato, para uma determinada despesa. Quando faz a liquidação é porque efetivamente já foi realizado, já foi emitida nota fiscal. E quando você paga é quando o recurso sai efetivamente do Tesouro.

Nos próximos quadros, não vou detalhar especificamente cada uma das unidades. Aqui, na Cidade de Guarulhos temos uma linha de crédito, vamos colocar, para as unidades de Saúde, que é o que a gente chama de Execução Pró-Rede, que é para se valer das pequenas despesas que ocorrem na unidade, uma quebra, por exemplo, de uma torneira, de uma lâmpada que precisa ser trocada. Então, a municipalidade dispensa determinado valor que fica à disposição das gerentes das unidades para a liquidação dessas pequenas despesas. Neste período tivemos algo em torno de 56 mil e 500 reais destinados para essa finalidade.

Gestão financeira, despesas por programas. Nós temos cinco grandes eixos dos programas da área da Saúde. Então, temos o fortalecimento da gestão do Sistema Único de Saúde e que temos orçado para esse eixo, 148 milhões, 888 mil, 625.51. Foi empenhado desse volume 59 milhões, 873 mil, 543 e 83 e Liquidado, 31 milhões, 993 mil, 503 e 13.

O segundo grande bloco é a questão da Atenção Primária à Saúde. Para esse bloco temos destinados 396 milhões, 128 mil, 622 e 85 como valor atualizado de orçamento. Foram Empenhados, 155 milhões, 801 mil, 543,08 e Liquidados, 128 milhões, 106 mil, 271 reais e 72 centavos.

O terceiro grande bloco, Ampliação do Atendimento em Média e Alta Complexidade. Orçamento, 842 milhões, 695.055,03, foram Empenhados, 435 milhões, 714 mil, 785 e 20 e Liquidados, 334 milhões, 423 mil, 446 e 20.

Para Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde temos o valor orçado da ordem de 53 milhões, 961 mil, 657 reais e 36 e Empenhados, 14 milhões, 619 mil, 376 reais Empenhados e 12 milhões, 268.220 e 92 Liquidados.

O quinto grande bloco está relacionado à Assistência Farmacêutica. Valor orçado, 33 milhões, 938 mil, 51 reais e 54 centavos. Empenhados, 16 milhões, 880.160 e 89 e Liquidados, 12 milhões, 475 mil, 441.94.

Portanto, para as grandes ações daquele Orçamento de um bi, 475 milhões, 612.101 e 29 já tivemos no 1º Quadrimestre o valor Empenhado da ordem de 682 milhões, 889 mil, 409 e 45 e Liquidados 519 milhões, 256 mil, 883 e 91 centavos.

O quadro seguinte está relacionado praticamente aos blocos acima, só que detalhando algumas ações especiais. Na estruturação do Sistema Único de Saúde foram Empenhados sete mil, 317 reais e 66 e Liquidados mil, 182 e 79. Atendimento de demandas por ordem judicial, isso é um dado preocupante, porque tivemos no 1º Quadrimestre cinco milhões, 448 mil, 347 reais e 19 centavos Empenhados e Liquidados, dois milhões, 114 mil, 397 e 92, frutos de ações judiciais envolvendo a área da Saúde.

Para as atividades de Manutenção do Conselho Municipal de Saúde foram Empenhados 46 mil, 033 reais e 44 centavos e efetivamente Liquidados, 45 mil, 274 reais e 12 centavos.

Para manutenção de Pessoal e Encargos Trabalhistas Gestão SUS foi Empenhados 18 milhões, 784 mil, 321.04 e Liquidados 18 milhões, 784 mil, 321.04. Importante destacar que isso bate exatamente porque se refere à folha de pagamento dos profissionais da área da Saúde.

Manutenção e Qualificação da Gestão SUS. Foram Empenhados 35 milhões, 587 mil, 524 e 50 e Liquidados 11 milhões, 48 mil, 326.66. Portanto, esses são os dados referentes às despesas com Programas e Ações na área da Saúde.

Dando sequência, em termos de fortalecimento da Atenção Primária à Saúde tivemos um total Empenhado da ordem de 155 milhões, 801 mil, 543.08; Liquidados 128 milhões, 106 mil, 271 e 72. Do ponto de vista da ampliação do Atendimento em Média e Alta Complexidade tivemos no 1º Quadrimestre 435 milhões, 714 mil, 785 e 20 Empenhados; Liquidados, 334 milhões, 413 mil, 446 e 20. Algumas pessoas podem se perguntar: "Por que essa discrepância entre o empenhado e o liquidado?" Como eu disse, você empenha os contratos, então até o final do primeiro semestre você tem aqui empenhado, por exemplo, todos os contratos de gestão envolvendo os hospitais e os pronto-atendimentos. Então, o valor total é 435 milhões

Empenhados, mas efetivamente Pagos nos quatro primeiros meses da ordem de 334 milhões e 413 mil.

O quadro subsequente também dentro da ordem de Despesas. Aí, nós temos para Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde, o Empenho da ordem de 14 milhões, 619 mil, 376 e 45; Liquidados, 12 milhões, 268 mil, 220 e 92. E para o Fortalecimento das Ações de Assistência Farmacêutica temos Empenhados 16 milhões, 888 mil, 160 mil e 89; Liquidados 12 milhões, 475 mil, 441.94.

Despesas por Blocos. Basicamente repetindo os quadros anteriores, só que de outra forma demonstrada aqui. Volume Total, 163 milhões, 387 mil, 446 e 45; Liquidados, 87 milhões 310.671,69, especialmente do ponto de vista de Gestão SUS, Atenção Básica, Média e Alta Complexidade, Vigilância e Assistência Farmacêutica.

Bloco de Investimentos de Repasses Federais. Para Atenção Básica temos orçado dois milhões, 821 mil e 900 e 29; Empenhado, um milhão, 176 mil, 289 reais e 72 centavos; Liquidados, 384 mil, 225 e 27. Média e Alta Complexidade, 118 mil, 338 e 50 Empenhado; 64 mil, 17 reais e 38 centavos Liquidados.

É importante destacar aqui o que temos de Restos a Pagar oriundos de anos anteriores: 2020, 21, 22, 23 e 24 e temos os seguintes números: 2024, dois milhões, 656 mil, 139 e 49, que é valor trazido do ano de 2024 como despesas de Restos a Pagar processados na área da Saúde. Restos a Pagar de 2023, 725 mil, 066 e 20; Restos a Pagar de 2022, um milhão, 121.402 e 54; Restos a Pagar da ordem de dois milhões, 600 mil, 458 e 13 e Restos a Pagar de 2020, 287 mil, 335 e 88.

Aqui, para que os senhores tenham ideia de como se compõem a rede física em termos de estabelecimentos de Saúde. Guarulhos tem cinco unidades de atendimento à Saúde no seu território, cinco estabelecimentos do Estado e 158 estabelecimentos municipais, perfazendo um total de 163 estabelecimentos que prestam serviços na área de saúde pública. Também, é importante ter clareza do volume de recursos humanos envolvidos para prestação de serviços na área da Saúde. Então, o nosso time e aí consideramos os servidores municipais, que são seis mil, 810 servidores. Também consideramos os prestadores de serviços que estão nas OSs e em contratos terceirizados da área da Saúde, que perfaz um volume de cinco mil, 944 profissionais. Temos ainda a participação de 78 profissionais médicos do Programa Mais Médicos do Governo Federal. Portanto, a Saúde hoje tem um exército de 12 mil, 832 colaboradores prestando serviços no Município de Guarulhos no Sistema Municipal de Saúde. Servidores efetivos, seis mil, 386 são os servidores efetivos prestando serviços na área da Saúde. Cargos em comissão temos 131 cargos em comissão em toda Secretaria da Saúde, temos oito estagiários, temos dois colaboradores federais, 70 colaboradores

do Governo do Estado, Programa Mais Médicos, 78; temporários três. Total, seis mil, 678 e temos 210 profissionais afastados nesse primeiro quadrimestre.

Só para se ter clareza, de 6.386 servidores efetivos, 5.415 estão diretamente envolvidos nos serviços assistenciais e, do ponto de vista administrativo e apoio, nós temos mais 443 e 528 respectivamente. Aqui um dado importante, apenas para ilustrar como a gente vem desenvolvendo e uma das queixas que sempre se coloca é a sobrecarga para os profissionais da área da saúde e essa sobrecarga quase sempre se registra em termos de monitoramento de horas extras.

Então nós tivemos, no ano de 2024, um volume mensal da ordem de 963 mil, 959 reais e 84 centavos como média de pagamento de horas extras. Nesse primeiro quadrimestre de 2025, essa média caiu em 52 por cento, perfazendo 464 mil, 906 reais e 20 centavos. Vamos agora, e aí eu queria chamar a atenção para os senhores, da questão dos atendimentos assistenciais. A gente verá que um dos méritos desses primeiros quatro meses foi exatamente não deixar o sistema de saúde colapsar.

Havia uma questão difundida pela mídia, difundida entre a classe política, muito falado entre os profissionais, em todos os corredores em que a gente passava, as pessoas falavam, você é louco de ter aceitado ser Secretário de Saúde, porque estava colocada uma perspectiva de colapso para o Sistema de Saúde.

E quando a gente se depara agora com os atendimentos assistenciais, a gente verá que esse colapso não ocorreu, muito pelo contrário, nós demos uma razoável solução de continuidade, mesmo com as notícias de 300 médicos sendo demitidos, mesmo com a notícia de falta de insumos, de falta de medicamentos, os senhores verão que a assistência foi efetivamente prestada, e aí a gente vai comparar com o terceiro quadrimestre do governo anterior para que os senhores tenham esses dados de forma muito objetiva.

Então, só para que a gente tenha uma ideia, no terceiro quadrimestre de 2024, foram realizadas 250 mil, 333 consultas médicas na atenção primária. No primeiro quadrimestre, foram 247.859 consultas médicas, isso considerando menos 300 médicos, como eu havia falado aqui anteriormente. Consultas de enfermagem foram realizadas no terceiro quadrimestre de 2024, 91 mil, 347. No primeiro quadrimestre de 2025, 93 mil e 14. Consultas odontológicas, 43 mil, 372, 43 mil, 382. Visitas domiciliares de ACS, 727 mil, 721, foram realizadas 699 mil, 007 no primeiro quadrimestre de 2025.

Portanto, no primeiro quadrimestre, o volume acumulado de procedimentos relacionados a atendimentos individuais na atenção primária-saúde foi da ordem de um milhão, 83 mil, 262 atendimentos individuais. Dentro

do Programa de Atenção Primária-Saúde também, o Saúde Toda Hora, são os atendimentos realizados em unidades da atenção básica.

Aos sábados, realizamos, durante o primeiro quadrimestre, 29 mil, 333 procedimentos. Quando se fala em Saúde, a gente tem que ter sempre em mente o que é pactuado em termos de capacidade instalada e de financiamento verificado, você sempre faz pactuações para poder garantir o repasse de recursos, seja da União, seja do Estado, seja do próprio Tesouro Municipal.

E é importante a gente começar a trabalhar com esses indicadores para que a gente possa avaliar a performance da gestão a partir de agora. Então nós temos aqui alguns dados para passarem para os senhores. Por exemplo, cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica. O pactuado é você atingir 50 por cento. Está se atingindo, e esse é o dado do primeiro quadrimestre de 2025, 49.69 por cento.

O que coloca para a gente uma responsabilidade de, primeiro, pactuar um valor muito acima de 50 por cento. Até 31 de dezembro estava pactuado cobrir 50 por cento da atenção básica. É um número extremamente baixo. Nós precisamos atingir algo em torno de 80 por cento, 85 por cento, está certo? Visto que as informações preliminares que nós temos, junto aos órgãos de convênios médicos privados, a população de Guarulhos, apenas 23 por cento das famílias têm convênio médico.

Então, 77 por cento equivaleria a ter dependência SUS. Então, nós precisamos ampliar sobremaneira a nossa taxa de atenção primária, está certo, de atendimento da cobertura das equipes de atenção básica. Isso é fundamental a gente ter esse entendimento, mas o indicador pactuado até então no município de Guarulhos é de cobrir algo em torno de 50 por cento. Cobertura populacional estimada para equipes básicas de saúde bucal, apenas 34 por cento é o pactuado em termos de cobertura. Também precisamos ampliar e ampliar muito, está certo? Outro dado que a gente traz aqui para acompanhamento é a cobertura de acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

A área da saúde é responsável em verificar as condições de saúde das pessoas que estão em condição de vulnerabilidade social, que, portanto, recebem Bolsa Família, está certo? A gente tem feito monitoramento, o pactuado era da ordem de 85 por cento, mas a gente termina cobrindo apenas 47 por cento. Fruto do quê? Exatamente do que está pactuado em cima de ter uma cobertura de apenas 50 por cento da população.

Então, o nosso próximo Plano Municipal de Saúde, ou as próximas ações programadas, elas têm que garantir essa ampliação para que você garanta esse acompanhamento, esse monitoramento efetivo e não apenas pactuado em termos de contratos junto ao Governo Federal.

Então, é um conjunto de indicadores aqui que nos chama bastante atenção e eu fiz questão de trazer para essa audiência pública para que os formuladores de política pública aqui na Cidade de Guarulhos tenham a dimensão exata daquilo que está colocado e daquilo que vinha sendo trabalhado, por isso que a gente tem queixas absurdas em relação à questão das coberturas, é porque, efetivamente, o que havia sido pactuado é realmente baixo, está certo?

É importante a gente ter essas informações. Não vou detalhar todos os indicadores, até porque isso vai ficar à disposição no site da Câmara e depois todos poderão apreciar esses indicadores e a gente precisa começar a trabalhar sobre esse volume de informações que aí nós vamos qualificar efetivamente qual é o tipo de saúde pública que se pretende e que se oferece no município de Guarulhos.

Vamos para a parte da atenção especializada, que também gostaria de chamar a atenção dos senhores para o volume de prestação de serviços realizadas nesse período. Então, nós tivemos na atenção especializada os seguintes grupos de procedimentos: Ações de promoção e prevenção em saúde. Nós tivemos no primeiro quadrimestre 11 mil 22 ações. Procedimentos com finalidade diagnóstica. Nós realizamos 155 mil exames com finalidade diagnóstica.

Procedimentos clínicos, 516 mil 923. Procedimentos cirúrgicos, 7 mil, 618. Órteses, próteses e materiais especiais, o famoso OPME, 497 procedimentos no primeiro quadrimestre. Nesse bloco de procedimentos da atenção especializada, no primeiro quadrimestre nós realizamos 691 mil, 559 procedimentos. No terceiro quadrimestre foi apresentado um volume de 668 mil, 848 atendimentos.

Portanto, sem aproximadamente 150 profissionais que foram demitidos na área da atenção especializada, mesmo sem esses 150 nós fizemos muito mais do que foi feito no terceiro quadrimestre. Qual é a justificativa para isso? Nós tivemos que adotar o procedimento das forças-tarefas, que a gente realiza uma série de atividades, especialmente aos sábados, aos domingos e nos feriados, onde a gente utilizou os ambulatórios dentro do HMU e do Hospital Pimentas, e mais recentemente também do CEMEGS, nesses finais de semana, para poder suprir a ausência daqueles 150 profissionais que foram demitidos na reta final do governo anterior. O que a gente quer demonstrar aqui efetivamente é que o caos que se esperava não aconteceu. A gente garantiu efetivamente o atendimento.

Em termos de procedimento ambulatorial, e aqui queria chamar a atenção. Terceiro quadrimestre de 2024, em todas as nossas unidades de atenção especializada foram realizados 92 mil 520 procedimentos. Em 2025, no primeiro quadrimestre, mesmo com o Cemeg Pimentas fechado, nós realizamos 86 mil 299 atendimentos. Aqui, outro dado

que também eu gostaria de chamar a atenção, mesmo com o Cemeg Pimentas Cumbica fechado, em termos de ultrassonografia, que era um dos equipamentos que também realizava.

Terceiro quadrimestre de 2024 foram realizados 28 mil, 160. No primeiro quadrimestre de 2025, nós realizamos 30 mil, 758. Isso também tem a ver, Vereador Danilo, com a carreta que a ultrassonografia também a gente tem realizado na carreta de mamografia, que estava itinerante e que hoje está aqui na Praça Getúlio Vargas. Tomografia. Terceiro quadrimestre de 2024 foram realizados 9 mil e 79 procedimentos.

No primeiro quadrimestre de 2025, nós realizamos 12 mil, 808 procedimentos. Portanto, um salto importante, especialmente para as pessoas que estavam aguardando tomografia há muito tempo. Em termos de práticas integrativas, também tivemos aqui uma produção maior no primeiro quadrimestre de 2025 em relação ao terceiro quadrimestre de 2024. 2024, 3 mil, 789. 2025, 4 mil, 521 atendimentos em termos de práticas integrativas.

Centro de Atenção Psicossocial, também aquela questão colocada do caos instalado pela ausência de psiquiatras em algumas unidades, está certo? O que a gente constata aqui? Terceiro quadrimestre de 2024, 86 mil atendimentos. 86 mil, 852. Primeiro quadrimestre de 2025, 97 mil, 939 atendimentos. Está certo? Aquela questão que a gente coloca. Como é que a gente tem feito isso?

Exatamente com forças-tarefa e reforçando nos locais que a gente tem psiquiatras, tem equipe completa, a gente agenda mais pessoas para que sejam atendidas. Está certo? Em termos de saúde bucal, nos nossos centros especializados odontológicos, o que a gente observa aqui também?

No CEU Macedo, Vila Galvão, São João, Jardim Angélica. O volume de procedimentos realizados no terceiro quadrimestre de 2024, 27 mil, 241. No primeiro quadrimestre de 2025, 25 mil, 814. Aqui nós tivemos uma produção menor em relação ao terceiro quadrimestre. O grupo de procedimentos nesses centros, ações de promoção e prevenção, procedimentos com finalidade diagnósticas, procedimentos clínicos, procedimentos cirúrgicos e OPMs.

Também, trabalhando dentro da lógica dos indicadores de saúde, que é um dado que a gente vai ter que, como eu disse, começar a trabalhar para que a gente possa realmente avaliar a performance e a qualidade da saúde no Município de Guarulhos. Em termos de práticas integrativas e complementares, o nosso pactuado é 57.14. No primeiro quadrimestre, nós chegamos ao patamar de 46.43, o que demonstra a necessidade de a gente aperfeiçoar a prestação desse serviço. Em termos das unidades de pronto atendimento, as UPAs e PAs, nós tivemos, no primeiro

quadrimestre de 2025, pegando todas as nossas UPAs, 450.149 atendimentos no quadrimestre.

No terceiro quadrimestre de 2024, foram 435.390. Também, em que pese uma série de queixas relacionadas à ausência de profissionais médicos, nós tivemos uma performance um pouco superior. E esse dado me preocupa. Por quê? Porque significa que nós estamos atendendo muita gente no pronto atendimento, quando nós deveríamos estar atendendo exatamente na atenção primária.

Em termos de atendimento de enfermagem, também, no primeiro quadrimestre de 2025, tivemos uma performance um pouco superior em relação ao terceiro quadrimestre, 691.871 consultas de enfermagem realizadas na nossa rede, contra 676.968 do terceiro quadrimestre de 2024.

Atendimento odontológico nas UPAs e nos PAs. Esse dado eu queria chamar a atenção dos senhores, porque nas UPAs e nos PAs, Brasil afora, normalmente você não tem esse atendimento odontológico. Guarulhos tem esse atendimento. E aí nós temos, no primeiro quadrimestre, 17.395 atendimentos de atendimento odontológico em pronto atendimento. É um dado que também nos preocupa, porque esse atendimento também deveria estar sendo realizado, ou na atenção primária ou nos CEOs, não em UPA. Está certo? Mas é algo que a gente precisa corrigir no decorrer das nossas ações aqui.

Esse dado também é um dado bastante preocupante, porque a gente observa quase sempre queixas que chegam através das redes sociais ou através dos senhores vereadores e vereadoras das superlotações das UPAs. E aí o que a gente vai verificar do ponto de vista da classificação de risco? Pacientes classificados como verde ou azul ultrapassam 70 por cento.

Laranja, que é o que caracteriza o serviço de urgência, e o vermelho, nós temos 17.72 do volume de atendimento como amarelo e laranja como 4.2. Está certo? Deveria estar na atenção primária, exatamente; por isso, é que eu chamei a atenção para aquele dado de 50% apenas pactuado enquanto cobertura de atenção primária.

Do ponto de vista hospitalar, também a gente procurou fazer algumas intervenções junto à rede hospitalar do município, para que a gente pudesse melhorar sobremaneira a questão da utilização dos leitos hospitalares. No primeiro quadrimestre nós tivemos, em termos de internações, 10.173 internações e no terceiro quadrimestre, 2024, foram registrados 9.547. Portanto, nós tivemos aqui um aumento considerável de AIHs emitidas.

Depois desses mesmos dados, em termos de atendimento médico, foram realizados – e aqui também é importante, porque é aquela

questão que a gente chama atenção, que os nossos hospitais não deveriam ser portas abertas para atendimento de pronto atendimento. Só, olha, 142 mil consultas nas unidades hospitalares.

O que as pessoas precisam ter a dimensão exata em relação a isso? Isso significa tirar energia da equipe que atua nos hospitais para resolver os problemas de média e alta complexidade, porque você termina concentrando o maior volume de recursos para fazer pronto atendimento que deveria estar ou na atenção de urgência e emergência, nas UPAs e PAs, ou na atenção primária.

Então, eu estou fazendo questão, gente, de chamar atenção para esses dados, porque isso pode significar efetivamente uma melhora na qualidade se a gente fizer o enfrentamento dessas questões e colocar de forma apropriada qual é a missão de cada equipamento de saúde no município de Guarulhos.

Os hospitais têm que estar à disposição para atender média e alta complexidade. Nós temos milhares de cidadãos aguardando cirurgias de média complexidade. O que a gente chama de cirurgia de média complexidade? Uma vesícula, uma hérnia, está certo? Como você não tem leitos disponíveis, porque eles ficam ocupados, às vezes, por pacientes com doenças crônicas, que você fica 10, 15, 20 dias internado para compensar, por exemplo, uma diabetes, compensar uma hipertensão, você termina não utilizando os leitos de forma adequada para poder fazer as cirurgias e, portanto, tirar uma série, milhares de cidadãos do sofrimento de uma hérnia, de uma vesícula, por exemplo.

Do ponto de vista das cirurgias ortopédicas, a gente atende muito em termos de urgência e emergência, que é uma fratura provocada por um acidente, queda de moto, queda de uma laje, você tem poucas crianças subindo em laje e soltando pipa, então tem muita queda, muita fratura. Você faz as intervenções cirúrgicas, mas você tem uma infinidade de pessoas aguardando uma cirurgia de prótese de quadril, de prótese de joelho, está certo? E você não consegue dar vazão a esse tipo de atendimento.

Então, eu quero chamar a atenção porque esse é um grande desafio colocado para o Sistema Municipal de Saúde, fazer o enfrentamento da característica de cada equipamento. Hoje, nós temos, por exemplo, dois hospitais, o HMU e o Hospital Pimentas. Se você observar, eles fazem a mesma coisa; quando a gente precisaria ter um realizando mais procedimentos de média complexidade e um outro equipamento, o Pimentas, por exemplo, prestando serviço de alta complexidade.

Infelizmente, a gente não consegue fazer essa distinção hoje, fruto da forma como está organizado o pronto atendimento nesses

hospitais e como são encaminhadas as urgências e emergências no município de Guarulhos, está certo?

Em termos de atendimento móvel do SAMU, foram realizados, no primeiro quadrimestre, 6.149 atendimentos. E aí, eu quero chamar a atenção exatamente para essa questão dos indicadores de saúde que podem qualificar cada vez mais o nosso atendimento. Então, se a gente observar aqui, por exemplo, proporção de óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio, famoso infarto, nos hospitais sob gestão municipal. O indicador pactuado é 4.77. Nós estamos na faixa de 6.8. É muito alto o número de óbitos por infarto.

E aí, é que eu chamo a atenção. Se o paciente chega em condição de infarto no pronto atendimento de qualquer um dos nossos hospitais, se a classificação de risco não for feita de forma imediata, esse cidadão, quando for atendido, ele vai estar já em condição de sofrimento e pode ir a óbito. Está certo? Se você tem a emergência aguardando esse paciente chegar, imediatamente ele é triado, imediatamente ele pode ser salvo. Quando ele se mistura com o paciente que está ali, às vezes, na busca de um atestado, quando ele se mistura com o paciente que, às vezes, poderia estar na atenção primária, é óbvio que vai ter dificuldade de fazer a triagem, de fazer o atendimento de forma mais correta. Porque a pessoa chega ali reclamando, “estou com mal-estar”. O mal-estar pode já ser o infarto batendo forte nele. Está certo?

Então, são situações que a gente precisa analisar, avaliar, e a gente tem estado muito preocupado com essas questões, debatendo isso com as equipes técnicas, debatendo isso com os hospitais, para que a gente possa identificar, de forma clara, qual é a vocação de cada equipamento nosso e, portanto, ofertar um serviço de melhor qualidade aos cidadãos de Guarulhos.

Em termos de transporte ambulatorial. Olha, dentro dos indicadores ainda, de urgência e emergência. A proporção de óbitos nas internações por acidente vascular. Ou seja, nós temos um índice muito alto também, 24,3, em termos de pacientes que chegam com um acidente vascular, um AVC, e as condições não são adequadas para fazer o atendimento no hospital. Eu não sei se os senhores têm a dimensão da quantidade de leitos de UTI que nós temos aqui na cidade. É muito baixa a quantidade de leitos de UTI. Então, nós precisamos ampliar, ampliar muito.

Nesse período aqui, a gente viu as superlotações, por exemplo, nas pediatrias. Nós temos pouquíssimos leitos de UTI pediátrica no município de Guarulhos. Uma cidade do porte de Guarulhos era para a gente ter pelo menos 50 leitos pediátricos. Nós contamos com 15 leitos. É muito pouco. Da mesma forma, os leitos de UTI adulto. Nós deveríamos ter algo em torno de 160, 180 leitos. Nós contamos no sistema municipal com 40, 45

leitos. É muito pouco. É um quarto. Nós deveríamos ter algo em torno de 160, 180 leitos de UTI. Nós temos apenas 40, 45 leitos, dependendo se a gente coloca como leito de UTI os leitos de emergência.

Transporte ambulatorial. Transporte ambulatorial são aqueles que a gente realiza para os pacientes crônicos que estão fazendo hemodiálise, fazendo radioterapia, fazendo tratamento que depende de transporte. Nós tivemos, durante o primeiro quadrimestre, 973 pacientes utilizando-se do nosso transporte ambulatorial. E foram realizadas, entre altas médicas, transferências entre equipamentos de saúde, entre UPA e hospital, por exemplo, 16.927 remoções, o que dá um total de 141 remoções diárias. O transporte sanitário trabalha e trabalha muito aqui no município de Guarulhos.

Tratamento fora do domicílio. É importante as pessoas saberem que nem tudo é tratado no município de Guarulhos. Existe uma série de comorbidades, enfermidades que são realizadas em outras localidades. E aí o município precisa garantir o transporte para esse cidadão que às vezes nem sempre tem condições. Imagine uma família com uma criança que precisa fazer um tratamento em Bauru. Você não ofereceu transporte, você vai criar uma série de dificuldades e esse tratamento não será feito.

A gente tem pacientes em Bauru, pacientes em Santo André fazendo tratamento oncológico, em Jaú fazendo tratamento oncológico, em Campinas fazendo tratamento oncológico. Em Sorocaba, transporte de hérnia, de córnea. Em Sorocaba, transplante de córnea. Em Itapeverica da Serra, oncologia. Em Ribeirão Preto, oncologia. Então, para todos esses pacientes, que são 175 pacientes, a gente tem garantido o transporte fora do domicílio.

O que nos coloca uma obrigação de, urgentemente, é inadmissível uma cidade com 1,3 milhão de habitantes não ter um CACON instalado no município, um centro de atendimento oncológico. Então, nós precisamos efetivamente enfrentar esse debate, já preparamos uma proposta, estamos viabilizando, primeiro, a habilitação junto ao Ministério da Saúde, e, portanto, a destinação de recursos para que a gente passe a ter aqui no município. Não se justifica o paciente fazer tratamento oncológico fora do município, de município do Porte de Guarulhos, estou falando pelo porte da cidade.

Em termos de educação permanente, nós estamos realizando, através da nossa escola SUS, uma série de cursos, uma série de treinamentos de capacitação para os nossos profissionais durante o 1º Quadrimestre, pelo menos, 791 servidores estiveram passando por treinamento e qualificações da nossa Escola SUS.

Aí, uma coisa importante que pouco se fala, pouco se comenta, pouco se dá valor, mas isso pode representar uma melhora

qualitativa de atendimento, é a questão das residências médicas no Município de Guarulhos. E o Município tem uma residência própria, inclusive. Isso deveria ser motivo de muito orgulho e ampliamos no ano de 2025 passamos Residência Multiprofissional de 24, que existia em 2024, para 36 e a Residência Médica de 44 para 51. Está certo? Isso dentro da nossa residência médica própria.

Em termos de articulação interssetorial é importante chamar a atenção aqui também para o volume de captação de recursos que estamos trabalhando junto ao Governo Federal, através de uma série de convênios. Então, nós tivemos neste 1º Quadrimestre, 27 milhões de propostas cadastradas junto ao Governo Federal. Pelo novo PAC conseguimos cadastrar, pelo menos, a construção de uma UBS de porte 4, a construção de um CAPS porte 3, quatro unidades odontológicas móveis. Renovação da frota SAMU, nós já fizemos neste 1º Quadrimestre, de 14 viaturas já conseguimos a renovação de sete viaturas novas, que estamos já aqui no Município de Guarulhos. A nossa intenção é conseguir viabilizar os outros 50 por cento ainda neste quadrimestre e cadastramos isso junto ao novo PAC numa ordem de 29 milhões de cadastro no novo PAC.

Emendas parlamentares. Também fomos atrás e já viabilizamos algo em torno de 23 milhões de emendas parlamentares.

Vamos seguir. Quero chegar aqui no PMAE. Só para que os senhores tenham ideia da importância de fazermos a análise apropriada da capacidade instalada para poder garantir um atendimento integral em termos de Atenção Especializada. O Governo Federal, através do Ministério de Saúde, lançou mais recentemente o chamado PMAE, que é o Programa de Mais Acesso a Especialistas. O Município de Guarulhos havia cadastrado em dezembro um pleito de dois milhões de reais para o PMAE. Nós fizemos essa revisão e dentro da distribuição entre os municípios do Alto Tietê nos cabe uma cota de 107 milhões, a partir da nossa revisão de capacidade instalada e de oferta de vagas que a gente poderá oferecer ao cidadão de Guarulhos. Então, tivemos aqui um ganho da ordem de 105 milhões em relação ao que foi cadastrado em dezembro e ao que conseguimos revisar nesse 1º Quadrimestre.

Programa Fila Zero. Nós realizamos neste 1º Quadrimestre algo em torno de 54 mil agendamentos dentro das nossas forças-tarefas. Aí só para que os senhores entendam quais são as especialidades mais dramáticas e que tínhamos perdido profissionais no apagar das luzes do governo anterior: cardiologia, cirurgia geral, cirurgia vascular, dermatologia, endocrinologia, gastroenterologia, hematologia, hepatologia, nefrologia, neurologia, neurologia pediátrica, otorrinolaringologia, pneumologia, proctologia e urologia. Essas são as especialidades mais dramáticas e que nós, através das forças-tarefas, realizamos e tiramos da fila pelo menos 54 mil agendamentos.

Eu queria passar aqui um dado, acho importante usarmos sempre da transparência para que os senhores Vereadores entendam a pressão que os senhores sofrem nos gabinetes e que o Secretário de Saúde sofre nas redes sociais e no *WhatsApp*. Eu recebo, pelo menos, mil e 200, mil e 300 mensagens por dia cobrando agendamentos de especialidades. Não são mil e 200 mensagens de Vereadores, não, Janete. Calma, não é isso que estou falando aqui.

– Manifestações em Plenário.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Não tenho recebido, estou falando exatamente da pressão que os senhores sofrem e que a gente também sofre, por quê? Porque, às vezes, o telefone é divulgado e aí a gente termina recebendo as mensagens diretas. Só para os senhores terem ideia, demanda reprimida: oftalmologia, nós temos 41 mil demandas cadastradas como demanda reprimida; ortopedia, 25 mil; neurologia, 12 mil e dermatologia, nove mil. Essas são as cinco maiores filas que temos.

Em termos de exames, que é aquilo que a gente fala da necessidade de ter um diagnóstico apropriado. Ultrassonografia com dopler, 27 mil; ultrassonografia transvaginal, 12 mil; ecocardiograma transtorácica, 11 mil; ultrassonografia de abdômen total, 11 mil; colonoscopia, 10 mil, 859 aguardando na fila. Então, justifica-se a pressão que sofremos em relação a isso. É importante destacar que o volume total, em 31 de dezembro, era 250 mil consultas especializadas e 270 mil exames especializados cadastrados na Regulação. Então, daí a justificativa de ter que organizar uma série de forças-tarefas, de a gente pensar em credenciar serviços privados à rede, a capacidade instalada de hospitais, clínicas particulares em Guarulhos para poder nos ajudar a diminuir essa fila e essa pressão. Boa parte desses exames, inclusive, a gente poderia estar encaminhando para exames para os equipamentos estaduais, mas que também você não tem uma oferta de vagas considerável. Está certo?

Ouvidoria. Ouvidoria também a gente tem aí um acesso considerável da população, seja pessoalmente, seja através de telefone, através de *e-mail*, através da *web* e de cartas. Ou seja, tivemos, nesse período de 2025, algo em torno de seis mil, 793 atendimentos; 11 mil, 602 atendimentos a rigor, seis mil e 700 só pessoalmente, queixa direta e, felizmente, dentro dessas abordagens de Ouvidoria também tem elogios e sugestões para que a gente possa melhorar os serviços cada vez mais.

Em termos de auditoria foram realizadas no 1º Quadrimestre mil, 823 auditorias, especialmente AIHs junto aos hospitais prestadores de serviços.

Termo de judicialização. Esse dado é um dado importante. Tivemos 804 ações em abril, 806 em março, 822 em fevereiro e 825 em

janeiro e boa parte desses atendimentos, por força de mandato judicial, estamos fazendo os devidos atendimentos.

Vamos para Vacinação. Bom, o Rafael está me passando aqui que esse quadro que está sendo apresentado merece uma retificação, que é exatamente no que diz respeito à judicialização, que é a página 69... Não, de Vigilância. Imunização. Em termos de imunização, vacinação, foram aplicadas neste 1º Quadrimestre, dois milhões, 641 mil, 350 doses das mais diferentes vacinas colocadas à disposição no Sistema Municipal de Saúde.

Vigilância em Saúde, esse quadro que está na tela que começa com animais peçonhentos, as ações de controle de doenças do CCZ, algumas alterações, especialmente ocorrência de utilização do soro antiofídico, que aqui apareceram como 105, mas, na verdade, foram 10. E acidentes com animais domésticos que aqui apareceu 105, na verdade, são 731. O que é um número considerável. Então, vamos fazer as correções e encaminhar para a Câmara.

Do ponto de vista das Ações de Vigilância em Saúde, a avaliação de LTA no 1º Quadrimestre, 173 avaliações e número de inspeções de fiscalizações, 11 mil e 96 ações de fiscalização no decorrer do 1º Quadrimestre.

Serviços de verificação de óbito. Recolhimento, mil, 178 e número de necropsias, 719. É importante a gente... Já vi aqui a Vereadora Janete falar que SVO é um problema e é um problema mesmo, porque está junto com o IML. O Município termina assumindo uma série de responsabilidades que competiam ao Governo do Estado, entretanto é sempre bom lembrar que haverá sempre parcerias a serem estabelecidas. Qual é o problema que temos aqui em Guarulhos? Além de fazer o atendimento em Guarulhos de forma conjunta entre o SVO e o IML, nós também atendemos a outras cidades da região e não temos nenhum documento assinado em relação a isso. Então, já pedi uma audiência com o Instituto de Criminalística, que é responsável pela questão do IML, para que a gente possa discutir as bases desse convênio e definir claramente as contrapartidas e as responsabilidades para que a gente não seja pego com alguma questão que pode fugir ao nosso controle. Então, essa é uma preocupação, a gente já tomou pé da situação e já estamos tomando providências em relação a isso.

– Manifestações em Plenário.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Nós temos que definir claramente as responsabilidades. Como todo mundo sabe, o serviço de verificação de óbito é do âmbito da Secretaria da Saúde e o IML são casos de violência e aí é a Secretaria de Segurança Pública. E a Secretaria de Segurança Pública atuante no Estado de São Paulo como um todo compete ao Governo do Estado. Está certo?

Em termos de Vigilância, ainda temos de forma a ser destaca aqui o trabalho que a gente faz de acompanhamento de coleta, análise e controle de alimentos, a coleta, controle e análise de água, cabe à Vigilância. É importante as pessoas saberem, porque, às vezes, a gente fica muito preso na questão da Vigilância à questão da fiscalização da Vigilância Sanitária e o serviço de Vigilância é muito mais amplo. A questão da Vigilância em Saúde envolve não só a questão da Vigilância Sanitária, a questão da Vigilância Ambiental, a questão da Vigilância Epidemiológica. Está certo? Há um conjunto de ações que a gente precisaria debater de forma mais frequente a respeito dessas questões aqui no Município de Guarulhos.

Então, por exemplo, o que mais chama a atenção quase sempre em questão relacionado à Vigilância é o trabalho que é feito, por exemplo, para a questão da dengue, que nós realizamos nesse período aqui, num conjunto de ações, de visitas casa a casa, de bloqueios, de fazer a nebulização, de montar armadilhas, quase 303 mil procedimentos no decorrer do primeiro quadrimestre de 2025.

Laboratório de Saúde Pública, que também é um instrumento importante que nós temos na Secretaria de Saúde. Então, para verificar as amostras, realizar os exames, para obter informações importantes para o combate a determinadas doenças na Cidade. Em termos de tuberculose, por exemplo, foram realizados 12.575 procedimentos. Em termos de febre amarela, leptospirose, chikungunya, zika, 5.068 procedimentos.

Indicadores de saúde, mais uma vez, a gente chama atenção aqui para um conjunto de indicadores que a gente precisa colocar em evidência para a gente poder avaliar sempre a questão da qualidade da saúde no nosso Município.

Eu vou avançar aqui, só para que os senhores tenham uma ideia do volume de... Eu já falei isso aqui na última audiência e quero voltar a frisar isso. Infelizmente, as condições físicas das nossas unidades de saúde deixam muito a desejar. Nós temos prédios antigos, precaríssimos, com problema sério de hidráulica, elétrica e o nosso departamento de manutenção não consegue dar conta de fazer todos os atendimentos. E aí, a gente vai ter que contar com a compreensão, com a paciência dos senhores Vereadores. Eu recebo muitas demandas em relação a isso. “Ó, a tal unidade está com problema”. Vai continuar com problema porque nós não temos condições de fazer, de fechar 69 UBSs, por exemplo, para poder fazer reforma. Então, nós vamos fazer um cronograma. Acho que os senhores sabem que nós estamos com uma série de unidades em reforma, CEMEG Pimentas, CECAP, Morros, Marinópolis, no Hospital Pimentas vão entrar algumas alas em reforma, no HMU vão entrar algumas alas em reforma, porque, especialmente nos hospitais, isso tem a ver com a questão de infecção hospitalar. Então, a gente está tomando algumas medidas urgentes.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Tem, tem programação também para novas UBSs.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Secretário, licença só um pouquinho. Eu vou pedir a colaboração de todos para que não tenha essa intervenção com o secretário, e que também, quando for falar, use o microfone, porque, senão, não vai ficar registrado isso, e aí vai atrapalhar um pouco. Só anotem, por gentileza, as perguntas a serem feitas, depois todos terão o uso da palavra, e aí, sim, pergunta para o Secretário, e o Secretário responde. Eu já fui chamado a atenção aqui pela equipe técnica duas vezes, e eu peço desculpa, mas é que é o rito a ser seguido aqui. Obrigado.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – A audiência tem que estar gravada. Então, vamos lá. Só para que a gente possa entender aqui, e foi a pergunta exatamente que fizeram agora, projetos para novas unidades que estão em desenvolvimento na Secretaria de Saúde.

Cadastramos pelo CAPS, pelo CAPS não, pelo PAC, UBS Jardim Acácio, UBS Bananal, UBS Alvorada, CAPS 3, CAPS AD 3, Policlínica Cantareira, e o ponto de apoio ou o serviço de atendimento da população indígena lá na unidade do Cabuçu.

Quando estou falando na unidade do Cabuçu, é porque, necessariamente, para você cadastrar a possibilidade da construção de um centro de atendimento à população indígena, tem que estar vinculado a um CNES existente e à unidade mais próxima. Mas será um centro de apoio para atendimento à população indígena específico para atendimento da população indígena, de preferência, dentro da comunidade.

Só para os senhores terem uma dimensão em termos de infraestrutura, o que nós estamos em vias de inaugurar ou em vias de recolocar o serviço de uma forma mais adequada para a população de Guarulhos. Então, nós temos aí, em termos de infraestrutura – Rafael – vamos direto. O UBS Água Azul foi uma UBS com recursos federais, foi feita toda a reforma, foi entregue parte da obra no final de dezembro, mas havia uma série de intervenções para serem concluídas. Então, essas intervenções estão sendo concluídas no decorrer deste mês. Quando eu falo algumas coisas sem concluir, por exemplo, parte de energia elétrica não estava devidamente instalada, ar-condicionado não havia nenhuma previsão e tudo isso nós preparamos, concluímos, deveremos entregar a nova unidade do Água Azul no decorrer, agora, do mês de junho.

A UBS Morros, também uma unidade que foi feita com recursos de uma emenda parlamentar, só que qual é o problema? É você colocar uma obra com um recurso insuficiente. Então, nós assumimos em janeiro e nos deparamos com a seguinte situação: A obra já estava – os

recursos praticamente consumidos, mas a obra não concluída. Então, tivemos que viabilizar outras formas para poder concluir essa obra, também deveremos estar concluindo no decorrer do mês de julho.

A UBS Marinópolis, a mesma situação, recurso insuficiente, hoje nós estamos em torno de 70 por cento da obra concluída.

Hospital Pimentas/Bonsucesso. Essa é uma informação que eu já tinha colocado na última audiência e agora vou passar com detalhes para os senhores. O Hospital Pimentas foi inaugurado em 2006, sem dois andares para a conclusão. Em 2011, para concluir os dois andares, foi formalizado um convênio a fundo perdido com a Caixa Econômica Federal. Nós já estamos no 14º aditivo de prorrogação de prazo para a conclusão dos dois andares. É um valor da ordem de R\$ 14.851.000,00 disponível na Caixa para concluir. O que nós fizemos nesses quatro meses de gestão? Retomamos o contato com a Caixa, viabilizamos novos projetos, a adequação das planilhas, a Caixa já está fazendo a avaliação para que a gente possa colocar em licitação o quanto antes e concluir os dois andares.

Só para os senhores terem uma ideia, o que representa a conclusão desses dois andares? Significa atender com maior dignidade a população de Guarulhos. Nós iremos ampliar, praticamente dobrar a capacidade de leitos. Do ponto de vista de atendimento de maternidade, por exemplo, nós vamos passar a ter centro obstétrico, de fato, para fazer o atendimento às mulheres gestantes. Então, é qualificar o atendimento. É inconcebível que dois andares estejam para concluir desde 2006. E com a demanda que a população de Guarulhos precisa.

Então, esse é um projeto prioritário, nós estamos trabalhando, se esforçando em cima, para poder viabilizar.

Hospital Infante Juvenil de Guarulhos, o HIG, só para os senhores entenderem, anunciado como uma grande perspectiva para o Hospital da Criança, esse é um contrato através de PPP que não se viabilizou ainda, por uma razão muito simples. Quando você faz uma PPP, ou quando você contrata uma PPP, o terreno tem que ser transferido, a titularidade, para a PPPista. O Município não fez isso. Por isso que a construtora não consegue nem viabilizar financiamento nem iniciar obra, porque como é que ela vai iniciar a obra fazer investimentos para um terreno que não está sobre a sua titularidade? Está certo?

E havia uma série de problemas cartoriais e o trabalho que nós fizemos ao longo desses quatro meses foi exatamente tentar destravar isso para poder deixar em condições de se tomar decisão política se o empreendimento continua ou se o Município busca alternativa. Está certo? Mas é importante saber que havia um grande embaraço do ponto de vista jurídico com a área para construção do HIG. Está bem?

PA Paraventi também é uma obra que nós estamos com 50 por cento em execução, também pretendemos entregar ainda no decorrer do segundo semestre. Dentre as unidades que entrarão em reforma brevemente, PA Dona Luíza, é uma judiação você ter um prédio daquela proporção, daquele tamanho – está certo? – nós precisando de leitos de retaguarda, certo? E você ter um segundo andar inteiro desperdiçado. Então, a providência que nós estamos tomando, autorizado e o empenho do nosso Prefeito Lucas Sanches, no sentido de viabilizar o quanto antes uma reforma para poder oferecer para a população da região do Pimentas uma UPA, de fato, porque nós vamos deixar aquilo lá em condições de ser uma UPA. Está bem?

Cemeg Pimentas/Cumbica também nós pretendemos entregar ainda no decorrer do mês de junho. Ele está praticamente pronto, faltando apenas alguns detalhes, mobiliário chegar, porque a gente teve que adquirir um novo mobiliário e também pretendemos entregar ainda no decorrer do mês de junho.

Centro Especializado de Reabilitação CER-2, que estava ou está em um ambiente não muito satisfatório, nós fizemos a locação, quando eu falo nós, estou falando da Secretaria de Saúde, fez uma locação de um espaço que não era o mais adequado, também nós entramos em contato com o proprietário e exigimos uma série de adequações, também deveremos entregar nos próximos dias um outro espaço para o Centro de Reabilitação CER-2.

Bom, a partir daqui o que consta, são as várias atividades no decorrer desse quadrimestre realizado pelas dezenas de equipes multiprofissionais e unidades de saúde que nós temos e eu dou por encerrado essa primeira fase da apresentação dos dados do primeiro quadrimestre 2025 e me coloco à disposição para as dúvidas, questionamentos e perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Obrigado, senhor Secretário. Antes gostaria de acusar também a presença do Vereador Daniel Alves, nesta manhã. Muito obrigado pela presença.

Os inscritos já foram feitos, já estão encerradas as inscrições, cada Vereador terá, vou pedir a gentileza de cada colega Vereador e Vereadora da gente usar cinco minutos para as perguntas, para poder dar oportunidade para que todos possam falar e que o Secretário possa também responder.

Vamos começar com os Vereadores aqui que se inscreveram.

Aqui vou acusar também a presença da assessora Ana Paula, que está representando o Vereador Rafael Acosta: a Denilce, que está

representando o Vereador Leandro Dourado. A Vereadora Janete, é a primeira inscrita. Está com a palavra a Vossa Excelência.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ – Bom dia a todos aqui presentes, a população, os técnicos e quero saudar à mesa o nosso Presidente da comissão, o Secretário, o Márcio, a Flávia – permitam-me que assim vou os chamando – Rafael – ué, cadê o conselheiro? O Presidente do Conselho? O senhor Vilcemar é o Presidente do Conselho.

A primeira questão que eu gostaria de falar, Secretário, é o seguinte, o senhor é muito técnico e muitas questões que o senhor coloca, eu colocaria. O senhor tem só 151 dias de governo e a prestação de contas é dos 121 dias, que são quatro meses. Mas eu gostaria que nós pactuássemos algumas questões.

Primeira pactuação, que o relatório chegasse, no mínimo, com dois dias para que a gente pudesse fazer uma avaliação mais séria. A segunda pactuação... Eu recebi ontem às 21h53min. Eu só encontrei às 11h porque estava voltando. Eu estava em Brasília e voltei por causa desta audiência. Então, dois dias é o mínimo.

A segunda pactuação é como o Regimento... O Regimento Interno desta Casa nos possibilita a questão de fiscalizar, mas como é que vamos fiscalizar se as Unidades Básicas estão proibidas de nos dar informação? Eu estive esta semana em uma UBS do Cabuçu e quando cheguei lá... O senhor sabe que dia 28 é o dia da morte materna, da saúde da mulher e eu, simplesmente, perguntei e: “Se reporte à Secretaria”. Eu falei: “Tudo bem”. Agora, eu me reporte à Secretaria em relação aos Morros, quando iria ficar pronta a UBS de Morros e me deram a seguinte resposta... Infelizmente, quero criticar, por quê? Veio assim: “Final de maio vai ficar pronta, na primeira quinzena de maio”. Não colocou o ano. Eu cheguei lá na semana passada e não está pronta e o senhor está falando que vai ficar em julho. Então, acho que os Poderes têm que se conversar e se respeitar, porque pergunto e se a resposta é dada, eu tenho que, no mínimo, estabelecer que ela seja real porque, senão estão me enganando ou se enganando. Eu não sei bem como colocar.

Eu considero que várias questões colocadas aqui, para mim esclarece muita coisa, mas à população não interessa saber se foi pactuada 50 por cento e é 77 por cento que usa o Sistema e como fica? Também, eu gostaria de cobrar o seguinte... Então, em relação à UBS Morros, à UBS Água Azul, eu recebi a resposta, mas quando perguntado me deram um dado enganoso, porque me deram para maio e, na verdade, será junho.

Mas, senhor Secretário, eu acho que o senhor é o primeiro Secretário que enfrenta a apresentação e está aqui respondendo. Parabéns! Mas tenho que dizer que tem algumas UBSs que funcionam... O senhor disse

que não é mais UBS, mas a questão muito séria que o senhor vai ter de enfrentar é ter médicos no setor principal, que é a porta de entrada. Por que o senhor me apresenta e essa questão é muito antiga, por que a pessoa não vai mais à UBS? Porque chega lá o sistema está quebrado... Não tem internet. Eu cheguei nessa UBS do Cabuçu, no dia 28, e não tem UBS(sic), depois no caminho ela voltou. Ali já é uma situação difícil e para todo o sistema, aí a população fica aguardando, volta para casa ou fica revoltada porque não funciona. Não funciona, por isso que ela vai para a UPA, por isso que ela vai para o HMU. Eu, inclusive, encontrei casos desses, eu falei e ela até ficou olhando assim para mim com o olho arregalado. Eu falei... Mas está com febre, já passou, tomou remédio, não funcionou e eu fui lá, entendeu?

Nós temos que fazer na Cidade uma campanha de, primeiro, orientação. Não é fechar a porta, mas de orientação de onde procurar. Mas ter ali o médico para atender, porque senão é muito fácil colocar essa realidade que o senhor coloca de forma brilhante, mas que não resolve o problema. Em quatro meses, o senhor tem apontado algumas soluções para isso... Chegou! Eu cobre e você não estava aqui, eu falei: "Foi embora". Desculpa, mas é que você é do Conselho.

Então, eu me sinto numa situação, assim, muito dramática. Dramática porque até no dia que a gente viaja, programadamente na questão de viagem recebo às 9h30 da noite: "Olha, não tem médicos. Não tem resposta para a doença do meu familiar que está à beira morte". Esta semana mesmo, não continuei o atendimento e quero perguntar, quem é responsável da fiscalização ou do acompanhamento nos hospitais com as terceirizadas? Por que o sistema de assistência social não funciona no final de semana? Porque as famílias querem procurar e não encontram. Por que os trabalhadores estão numa situação... Eu fui à UPA e é dramático! O que estou sentindo aqui é drama! E os papéis... O senhor pegou uma situação de caos, saíram 300 médicos e o senhor está tentando na corda bamba resolver o problema, mas o problema é que a população nos cobra porque não tem desde novembro médicos no Carlos Gomes... Carlos Cruz. Por que é que... Então, é dramático porque Saúde, Secretário, apesar de os números serem satisfatórios em quatro meses, os números não resolvem a vida ou morte! E o drama de uma pessoa que vai para um hospital traumatizado e é liberado? Que atendimento é esse?! Uma denúncia, liberado! Depois morre em casa porque nem deveria ir para a UPA, deveria ir para o hospital.

São os dramas que nós vivemos e acho que é o drama de todos os... Estou aqui de uma forma dramática porque a questão é dramática, mas temos que pactuar, fazer uma mesa não só de audiência, mas sentar o Conselho, os Vereadores, porque os conselheiros cobram a Comissão, a Comissão cobra o Secretário, o Secretário cobra a pactuação que não foi feita. Então, estamos, assim, num ciclo de violência, um vai correndo atrás do outro. Então, mais do que uma audiência precisamos sentar com seriedade e ver

qual o papel, ver a pactuação de como fazer porque está em uma situação de caos. Eu sei, Secretário, que vou dizer caos, mas é o drama, porque saúde é vida ou morte.

Aí, quero também me colocar junto com os funcionários. Eu estive no PA Dona Luísa e lá eles não têm micro-ondas para esquentar a comida, eles não têm filtro para beber água! E o senhor colocou muito sério, um andar fechado! Então, acho que também tem que ter, porque no Conselho tem a parte técnica, a parte da gestão. Nós estamos precisando seriamente sentar e ver qual o caminho, fazer uma campanha de orientação, mas para fazer a campanha de orientação vai ter que funcionar a Unidade Básica. Para ter...

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Vereadora, por gentileza, para concluir.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ – Sim. Eu falei de uma forma genérica, inclusive, Secretário, pactuar alguns problemas. Qual a relação com o Estado? Por quê? Nós estivemos na... Eu sei a dramaticidade do problema da Saúde. Eu estive nesta semana na UPA Cumbica, tinha uma senhora lá que falou: “Eu estou quase cega há não sei quanto tempo e o setor...” Sabe que o Padre Bento não está funcionando porque não tem insumos? Por isso que não está fazendo cirurgias? Então, nós estamos, sinceramente, quero dizer que não sei mais o que fazer.

Agora, o senhor falou muito bem, temos que ter a missão. Qual é a sua missão na UBS? Mas para isso tem criar condição de ter médicos especialistas também. Na verdade, aqui se torna um drama para não dizer uma comédia, porque todos nós viemos aqui cobrar e o senhor está colocando que não tem condições porque a pactuação feita anterior é insuficiente. Para a segunda Cidade do Estado é uma vergonha o que estamos assistindo!

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Obrigado, Vereadora.

Não tendo mais Vereadores inscritos, gostaria de convidar o senhor Graco Neves. Está ausente? Teve que sair.

– Manifestações em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Ele entregou aqui nas nossas mãos.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ – Ele entregou, ele tinha que sair. Ele entregou um texto. O senhor querendo ler a moção. Peço que o senhor faça isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Ele entregou, a gente vai ler.

Eu gostaria de convidar o senhor Tadeu Fernandes Blanco, munícipe. Faltou “u” aqui, vou por o “u”. Tadeu Fernandes Blanco, três minutos, por gentileza.

O SR. TADEU FERNANDES BLANCO – Bom dia a todos. Eu sou o Tadeu, conhecido como professor Tadeu. Acho que alguns da Saúde já me conhecem. Sou conselheiro da Saúde há mais de 14 anos, sou professor universitário, sou formado em economia, sou formado em sociologia e sou formado em filosofia, pós-graduado em ciências políticas.

Bom, Secretário, eu como acompanhador da Saúde na Cidade, ainda, desde o começo gostei muito da vossa pessoa e do seu trabalho que venho acompanhando. Eu acho que como professor deve criticar as pessoas diante do profissionalismo delas, não de partido, não de pensamento ideológico. Então, Secretário, diante de tantas coisas, como nosso tempo é pequeno vou deixar uma proposta para o senhor, porque o senhor é um homem também... Eu vi o seu currículo, tivemos a oportunidade de o senhor falar um pouquinho, faça uma audiência pública, como a Vereadora Janete falou, com a população.

Sabe por que, Secretário? Nós também, como conselheiros, quando ando na Cônego Valadão, ali é bem o nicho onde eu ando: “Olha, professor, como está aquele papel que dei para o senhor com a minha solicitação?”. O professor tem a ética, principalmente por ser professor de filosofia, de não querer passar ninguém na frente, isso é certo. Mas a gente precisa, Secretário, e tenho fé que o senhor vai fazer isso, já conversamos, de fazer uma audiência pública com a população. Faça, fale a sua ideia, deixe claro. Eu também achei a sua apresentação maravilhosa tecnicamente, como professor. Mas acho que o senhor precisa... Ouça, aceite e faça essa conversa com a população, a mais simples, resumindo. E aí a gente pode até colaborar com o senhor porque acho que a gente tem que ser propositivo também. Nós estamos aqui para ajudar o senhor, independente de quem for o Governo. Fui candidato, fui derrotado e estou conformado, está ali o meu adversário e estou conformado em poder tê-lo como Vereador no nosso bairro. Então, eu acho que posso fazer sempre proposições como usuário SUS, como professor. Então, façam isso. Acho que vai ser um grande caminhar.

Quero deixar aqui, para encerrar, a minha saudação de coragem que teve aqui e estou vendo que está faltando muita, muita gente que sempre esteve aqui para criticar o Governo. Precisamos criticar o Governo e digo como professor: faça a sua proposta. Diga o que você quer fazer e o que é que você quer enquanto munícipe, enquanto pessoa, não só façam críticas, não só tentem derrubar. A pessoa que quero homenagear aqui, como professor de filosofia, como professor de ética, como professor de história,

economia, sim, é o Dr. Vilcemar, porque foi eleito para fazer o trabalho no Conselho Municipal de Saúde e até agora só vejo bombas em cima dele. Precisamos, todos os conselheiros, nos unir, os que foram derrotados na eleição e fazer uma proposta de ajudar, não só o senhor Wilsonmar, mas a Secretaria e o Secretário também. Acho que, minimamente, o que desejamos para todos nós como munícipe e como cidadão desta Cidade. Muito obrigado e assim espero.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Obrigado, Professor Tadeu. Convido agora o senhor Pedro Gomes, Presidente do Conselho Regional de Saúde, Centro. Três minutos.

O SR. PEDRO GOMES – Bom dia a todos. Sou o Pedro Gomes. Quero saudar aqui, em nome do Doutor Vilcemar, todos os conselheiros gestores municipais e regionais aqui presentes e toda a população. Primeiro, quero fazer uma moção de repúdio porque o Conselho Municipal de Saúde não teve acesso à prestação de contas, então, temos uma prestação de contas sem dados.

Vamos fazer com aquilo que temos, acompanhando no dia a dia. Primeiro, quero fazer uma correção ao Secretário de Saúde. Não sei qual a fonte que vocês utilizaram para fazer a comparação do terceiro quadrimestre de 2024, uma vez que a produção da atenção primária especializadas foi perdida pelo departamento de regulação, que faz o controle da produção.

Essa é uma coisa. Por isso, a produção está abaixo da comparação de 2024 com 2025. Uma outra situação, vocês falaram aqui de 54 mil atendimentos, mas sabemos que o absenteísmo dos exames está chegando a quase 80 por cento de absenteísmo na atenção, porque tenho acompanhado. Outra situação aqui também, dos hospitais, estive no Hospital Municipal de Urgência, HMU.

Vi que ali, querendo ou não, criticamos. Falo por mim, muitas vezes criticamos, mas vi que teve ali uma boa melhora, quando teve ali a implantação de mais um médico, para fazer o atendimento, fichas verdes e azuis, como foi relatado aqui, que é o grande número nos equipamentos de saúde no município. Quero aqui parabenizar a pessoa que tenho visto nesses locais, que é a Secretária Adjunta, senhora Flávia Verdugo, que aqui se encontra, que tem implantado esse sistema e vi que tem dado certo, uma vez que a população tem elogiado, porque muitas vezes, recebemos muitas...

Falo por mim, que recebo muitas reclamações da população. Mas, ultimamente, eles têm reconhecido que quando chega ao hospital demora em torno de 34 minutos para ser atendido, que isso nunca aconteceu. Era sempre quatro, seis horas, oito horas, nove horas. Então, quero aqui parabenizar a senhora Flávia Verdugo e a sua equipe, que têm

feito, em minha opinião, um bom trabalho nesse início de primeiro quadrimestre deste ano, porque temos que reconhecer as coisas boas que são feitas no município.

Mas também vim aqui falar da falta de especialistas nas unidades CEMEG, CER, no Ambulatório da Criança não tem neuropediatria para atender às crianças. No CER tem um déficit também, porque não tem um neuropediatria. Então, a população tem ficado desassistida. Então, quero saber do Secretário de Saúde, lembrando mais uma vez que este Conselho não recebeu a prestação de contas. Estou falando em cima do que acompanhamos no dia a dia. Então, gostaria de saber dessa situação, como vai ficar a situação dos especialistas.

Sei que têm chegado alguns especialistas em algumas unidades, que temos conhecimento, mas não têm suprido a necessidade da população, que bate nos equipamentos de saúde e não têm psiquiatras, não têm endocrinologistas. Muitas vezes não tem cardiologista. O SAE Carlos Crus, de que foi falado aqui, ele não tem um infectologista. Então, chegamos a uma prestação de contas de primeiro quadrimestre, porque se faz uma comparação de 2025, sabendo que houve um problema no ESUS, para a atualização de dados.

A regulação perdeu ali e a própria atenção primária especializada não conseguiram fazer ali a comparação do cadastramento, porque teve problema no sistema. Então, comparar o primeiro quadrimestre de 2025, 2024, com todos os problemas que sabemos que aconteceu, fica uma coisa meio discrepante aí. Então, gostaria de saber do Secretário de Saúde, quando vai resolver a situação dos especialistas nas unidades Cemeg, CER, CAPS e tantos outros equipamentos de saúde que, infelizmente, a população que sabemos que bate nesses equipamentos de saúde, está desassistida desses médicos especialistas. Você vê isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Obrigado, senhor Pedro. Antes de continuarmos com as perguntas, gostaria que o Secretário já respondesse às três perguntas que já foram feitas pelos três oradores. Pela Vereadora e pelos dois munícipes.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Agradeço às indagações feitas. Vou esperar o Pedro chegar ao local dele para poder falar. Agradeço todas as indagações e queria, de fato, propor um grande pacto aqui, conforme a vereadora Janete colocou, que é a seriedade na discussão. Quando se exige do Secretário uma postura de transparência, quem cobra determinadas coisas deve ter o mesmo, ser transparente, dizer a quem serve, dizer qual é o interesse que está por trás da sua fala.

O conselheiro Pedro tem se caracterizado como um grande irresponsável em propagar determinadas questões em relação à Secretaria da

Saúde. Eu estava com três dias de mandato como Secretário, ele se colocou na frente da Secretaria da Saúde para gravar um vídeo para fazer uma série de denúncias contra mim, de forma irresponsável.

Pegou alguma informação que alguém passou para ele, clicou o Google e veio falar de processos, de desvios que eu havia feito em outra cidade, sem fazer o mesmo, de usar as mesmas fontes para verificar que eu fui absolvido nas três instâncias. Então tem que ser sério e ser responsável para poder falar determinadas coisas. Se exige transparência e seriedade, tem que ser sério e tem que ser transparente e dizer a quem está servindo., e qual é o interesse que está por trás de determinadas falas.

Vem aqui, faz elogio à Flávia em relação à HMU, como se fosse outra Secretaria. Pelo que eu saiba, a Flávia faz parte da minha equipe como Secretária Adjunta. Reconhece o elogio a alguma ação feita, mas descaracteriza as informações que estão sendo prestadas. Então, conselheiro, para o senhor exigir minimamente informação, tem que ter informação. Os dados que são apresentados aqui... E aí, vereador, eu queria me desculpar com a Câmara e com o Conselho Municipal de Saúde, por não ter apresentado antes o relatório, porque, inclusive, a gente não teve acesso ainda às informações do Governo Federal na sua plenitude para fazer o relatório.

Se os senhores observarem, em todas as fontes das tabelas aqui constam que nós ainda estamos trabalhando com informações provisórias. Por quê? Porque nós estamos com informações de janeiro a março completas. Abril, ainda não estão divulgadas pelo Ministério. Tudo que é publicado, tanto pelo governo anterior, por governos anteriores, e que eu estou apresentando aqui, tem fontes oficiais. Então, é muito sério quando alguém chega e fala assim, a regulação perdeu. Qual regulação? Só se foi do governo anterior.

As informações são do Ministério da Saúde, de tudo aquilo que é processado, alimentado pela Secretaria Municipal de Saúde. Então, vir falar assim: Com que base está sendo comparado? Ele está certo. Eu estou comparando, inclusive, com dados ainda não totalmente fidedignos, porque não está fechada ainda a base totalmente do mês de abril.

Mas os dados que estão sendo passados aqui são passados de forma verdadeira e de forma testada, atestada pelos sistemas do Ministério da Saúde e por aquilo que está colocado à disposição da Secretaria Municipal de Saúde. O Vereador vem falar de ausências, de 80% do absenteísmo. De onde ele tirou esse número? Eu pergunto, de onde ele pegou esse número? Do vereador, não, o conselheiro.

De onde ele pegou esse número? Alguém buzinou para ele, no ouvido dele, e ele sai reproduzindo. Verdade, existe absenteísmo em

serviço de saúde e é, no Brasil todo, um dos grandes problemas que o Sistema Único de Saúde enfrenta é exatamente a questão do absenteísmo, porque você coloca profissionais à disposição, capacidade instalada, e nem sempre as pessoas comparecem às consultas e aos exames. Nem sempre.

Mas isso não é fruto da desorganização da Secretaria ou fruto da desorganização dos profissionais de saúde ou do Sistema Municipal de Saúde. Nem sempre, e por conta da forma como está estruturado o Sistema Único de Saúde, nem sempre as pessoas podem faltar ao serviço. Muita gente depende daquele dinheirinho que recebe naquele determinado dia como diarista, e às vezes deixa de levar um filho, por exemplo, para fazer uma consulta, e aí vem o absenteísmo.

Por isso que nós precisamos discutir, inclusive, como é que nós organizamos os nossos serviços para ampliar o horário de atendimento. Em vez de você ter um horário de atendimento das 8 às 17, ter um horário de atendimento até às 19, até às 21, para possibilitar para que uma série de pessoas que trabalham e que dependem do trabalho, e elas não vão faltar, às vezes, as suas atividades profissionais para poder comparecer.

Da mesma forma que nós criticamos uma série de pessoas que recorrem ao Serviço de Saúde para ter um atestado médico porque bebeu um pouco demais no dia que o seu time ganhou, a gente também tem que reconhecer que milhares de pessoas faltam às consultas médicas e a exame, exatamente porque não pode se ver faltante no seu horário de trabalho para poder comparecer a uma consulta médica.

Então, nós temos que reconhecer isso, temos que organizar os serviços. Então, existe absenteísmo no Serviço de Saúde. É só pegar, vá a qualquer cidade vizinha e vê se há absenteísmo em serviços especializados. Com certeza haverá. Pega os dados do AME, que é do Governo do Estado, também há um absenteísmo em consultas e exames especializados.

Então, vir aqui e falar que os dados nós estamos passando tão errados porque nós estamos falando de 80 por cento, é uma irresponsabilidade. E precisa ser transparente para dizer a quem está servindo. Porque aqui na cidade, a gente tem quatro OSs prestando serviço. Ele só pega no pé de uma OS, ele não pega nas outras. Eu quero saber qual é o interesse.

Respondendo ao Tadeu. Vou deixar para responder a vereadora por último, porque é o maior volume de questões. Respondendo ao Tadeu. Tadeu, agradeço suas palavras e quero deixar claro para você o seguinte, a gente tem total disposição em fazer audiência. Dentro dos instrumentos que o SUS nos possibilita e dentro da discussão do controle social, nós vamos ter oportunidade de chamar, ainda no decorrer deste ano, a Conferência Municipal de Saúde.

E ao chamarmos a Conferência Municipal de Saúde, a gente pretende fazer algo bastante democrático. Sinto falta aqui na cidade, de forma organizada, a discussão, por exemplo, dos conselhos locais de saúde, dos conselhos gestores das unidades de saúde. Eu sinto falta de uma discussão, e eu expressei isso para o doutor Vilcemar, quando da posse dele como presidente do Conselho, da discussão de política pública de saúde no Conselho Municipal de Saúde.

Por quê? Discutir no Conselho Municipal, informações enviesadas e interesses privados dentro do Conselho, não é esse o interesse. O interesse nosso é discutir política pública de saúde. Como é que nós vamos organizar as linhas de cuidados aqui no município de Guarulhos? Como é que nós vamos discutir com seriedade a vocação de cada equipamento de saúde?

É isso que nós precisamos fazer no Conselho Municipal de Saúde. Eu vi aqui um documento, que eu não sei se é para realmente ser lido, porque ele não está assinado, um documento que vem aqui repudiar o Secretário de Saúde por uma postura antidemocrática no pleno do Conselho Municipal de Saúde, que escolheu inclusive o doutor Vilcemar como Presidente e a nova mesa diretora do Conselho. Quem acompanhou aquela reunião sabe que não eu fui antidemocrático. Quem acompanhou aquela reunião sabe que eu fui provocado na reunião com relação a algumas entidades que estavam com representantes pleiteando a Presidência e que a entidade foi considerada irregular. Aliás, o atual Conselho já fez alguns levantamentos e a gente se deparou com fraudes na documentação de entidades que estavam com assento no Conselho. Ninguém me viu falar absolutamente nada disso, porque eu acho que é uma questão que, com independência e com a autonomia do Conselho, o Conselho vai resolver esses problemas. Mas como eu faço parte do Conselho, eu não posso deixar de falar quando eu vejo um documento irresponsável aqui. Está certo?

Jogar pedra no Secretário de Saúde, gente, é a coisa mais fácil do mundo. Porque falar do Sistema Único de Saúde é a coisa mais tranquila do mundo, está certo? Agora, com seriedade, com informação correta e verídica, há poucos para fazer esse debate com a gente. Há poucos.

Quando se fala da falta de médicos especialistas, vamos entender o contexto que está colocado, está certo? E quando, na primeira gravação do Doutor Pedro, do conselheiro Pedro, em relação à minha pessoa, aí ficou sabendo que eu ia mover uma ação contra ele, pediu arrego lá para o Secretário de Governo, e a gente fez uma reunião conjunta, onde pude explicar para ele a questão da contratação de médicos especialistas.

Então, só para dizer, só para deixar claro que o Governo anterior, no apagar das luzes, publicou um edital de meio bilhão de reais para repor os 300 médicos, os supostos 300 médicos. Esse edital foi suspenso pelo Tribunal de Contas, ele foi liberado em meados de março. Nós já preparamos

o novo edital de licitação, esse edital deverá ser publicado nos próximos dias para reposição dos profissionais especialistas. Aí alguém pode perguntar: “Mas não existe concurso para algumas categorias?” Existe concurso para algumas categorias. Qual é o drama da Administração Pública? Você tem limites, você tem imperativos legais que você precisa cumprir. Um dos imperativos legais diz respeito ao limite prudencial da folha de pagamento. Nem sempre você pode contratar todos os profissionais concursados que você almeja, porque você fere a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Prefeito pode ser penalizado, o Secretário de Saúde pode ser penalizado. Então, nós temos que observar esses ditames, e a Câmara tem consciência disso, sabe disso, por que a gente não chama determinados cargos concursados.

Aliás, se questiona muito a questão das OSs, e pouco se questiona, por exemplo, já que nós estávamos falando aqui também de absenteísmo. O absenteísmo, por exemplo, janeiro, fevereiro, março e abril, eu tive 25 por cento da força de trabalho colocada à disposição com absenteísmo, atestados médicos. O que pode refletir um problema sério de saúde dos nossos profissionais, o que pode também refletir uma falta de compromisso dos nossos profissionais. E daí você tem que recorrer a outros mecanismos de contratação para poder suprir o quadro de profissionais para prestar um serviço adequado à população de Guarulhos.

Então, são “N” variáveis, respondendo ao Tadeu, que acho que a gente precisaria de fato fazer esse debate de forma mais abrangente, e a gente espera ter essa oportunidade de realizar não apenas uma, mas “N” audiências públicas pelas várias regiões da Cidade para poder debater a política pública de saúde com a seriedade devida. Então, a gente tem essa expectativa de fato e esperamos ter uma mobilização, uma participação efetiva.

Quem me conhece sabe que eu sou adepto à questão do controle social. Quem me conhece sabe que eu acredito no SUS, e eu só acredito no SUS, se a gente envolver todos os agentes que de fato constroem esse sistema. Os trabalhadores têm que ter representatividade e participação efetiva na formulação da política pública de saúde. Os usuários têm que ter participação efetiva na formulação da política pública. Os agentes públicos têm que ter uma participação efetiva, está certo? E aí, quando eu falo de agentes públicos, estou falando tanto do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo e de outras instâncias para que a gente possa, de fato, dar a conotação de política pública de saúde, não de defender interesses privados ou interesses privatistas dentro do debate da política pública de saúde.

Então, essa importância da participação da população, da transparência, da informação para a população, é fundamental. E a gente acredita nisso e teremos oportunidade de fazer esse debate com muita transparência e muita tranquilidade.

Respondendo, agora, aos questionamentos da Vereadora Janete Pietá. Primeiro, Janete, me permita também chamá-la assim, já que a nossa amizade é de longa data. Já me desculpei, ontem eu tive acesso também à prestação de contas, no final da tarde, porque a gente estava ainda dependendo de uma série de informações. E, como eu disse, a gente não vai passar informações que não sejam auditadas, que sejam conferidas pelo sistema que deve reger a prestação da audiência pública. Nós estamos aqui atendendo a um dispositivo legal da Lei Complementar nº 141 de 2012. Então, eu não posso chegar aqui e passar qualquer dado. Eu tenho que passar dados fidedignos, testados, atestados, comprovados e que podem ser checados a partir dos sistemas disponíveis pelo Ministério da Saúde ou pela municipalidade.

Então, por exemplo, dados econômicos financeiros. Nós pegamos esses dados onde? Na contabilidade da Prefeitura, no sistema da Prefeitura, dados que estão publicados no balanço oficial da Prefeitura. Os dados assistenciais, a partir dos sistemas que o Ministério exige, inclusive, que a gente registre, para que eles possam nos remunerar e passar todos os incentivos federais que nós recebemos.

Então, essas informações têm que ser tabuladas e elas têm que estar atestadas, como eu coloco. Então, infelizmente, nós só tivemos acesso a algumas informações no dia de ontem. A equipe ficou trabalhando até por volta das 21 horas para poder concluir. Inclusive, algumas informações, eles pediram para que fossem corrigidas aqui; nós vamos mandar novo arquivo para vocês, exatamente por conta desse tipo de informação.

Então, você pode ter certeza que, da nossa pactuação, nós temos total interesse em encaminhar o relatório com antecedência, até para que o debate seja feito da forma mais tranquila e transparente possível.

O Conselho Municipal de Saúde – eu já falei isso também com o doutor Vilcemar – nós temos que alterar a estratégia. É inadmissível que, ao longo dos anos, só para vocês terem uma ideia, nos últimos anos, os Relatórios de Prestações de Contas de Guarulhos, o RAG, têm sido rejeitados pelo Conselho Municipal de Saúde. Está certo? É inadmissível isso. E, às vezes, é rejeitado sem nenhuma justificativa, única e exclusivamente por um contraponto político, imaginó. Está certo? Porque, tecnicamente, tem determinadas rejeições de contas, e eu não estou aqui defendendo nenhuma gestão e nem falando mal do Conselho. Eu estou apenas dizendo que a gente precisa corrigir isso. Se a gente tiver as Comissões constituídas dentro do Conselho Municipal de Saúde, se a gente conseguir avançar no debate das políticas públicas, com certeza, o Conselho tem condições de avaliar melhor essas contas e encaminhar aprovações ou encaminhar aprovações com ressalvas ou atestar, tecnicamente, determinadas situações. É um avanço que nós temos que ter nessa relação com o Conselho de Saúde. Eu acho que o

Conselho de Saúde não é local de trincheira para disputa ideológica, para disputa político-partidária. É um espaço para discussão e debate e embate para produzir uma política pública de saúde melhor para a população de Guarulhos. E todos os segmentos representados têm que ter essa disposição de usar o Conselho Municipal como instrumento para fortalecimento do SUS.

Quando eu vejo um conselheiro falar mal dos serviços de saúde de forma aleatória, ele não está contribuindo para o fortalecimento do SUS. Ele não está contribuindo para que a gente aprofunde e avance na organização do serviço de saúde.

Então, nós temos que trabalhar isso de forma muito madura. Então, para mim, é muito complicado ver que, por exemplo, depois da audiência que o Conselho vai avaliar o relatório quadrimestral. Mas é a forma como estava organizado o Conselho de Saúde. Eu sempre aprovei, antes de submeter à Câmara Municipal, os relatórios quadrimestrais em outras cidades que eu, porventura, fui Secretário de Saúde. Infelizmente, aqui a gente não tem essa prática. É uma correção que eu acho que nós precisamos fazer com muita maturidade, com muita tranquilidade, sem querer estressar e sem querer acirrar os ânimos nesses embates políticos que a gente vinha verificando que ocorriam no Conselho e, aqui, não estou fazendo nenhum juízo de valor da atuação do Conselho Municipal de Saúde. Só acho que a gente tem tido, nesses últimos dias, uma tranquilidade maior para poder passar as informações e a convivência com o Conselho tem melhorado muito a partir da posse do Doutor Vilcemar.

Respondendo a outras indagações. Quem é que fiscaliza as OSs? Essa é uma questão que eu tenho ouvido de forma muito frequente. Felizmente, aqui em Guarulhos, a Comissão que faz o acompanhamento é toda formada por profissionais de carreira da Prefeitura.

Está certo? Então, a fiscalização do contrato. Obviamente que a fiscalização do contrato também compete ao Secretário. Obviamente que a fiscalização das ações também compete a todo o corpo técnico da Secretaria de Saúde. Mas você tem uma Comissão designada especificamente para fazer esse acompanhamento e essa fiscalização. Está certo? Então, a forma como está organizada. Às vezes, alguém que vai lá e bate, como o Pedro costuma bater: “Quem é que fiscaliza?” Ele está batendo no servidor. Ele está batendo no servidor de carreira com legitimidade, com lisura, os profissionais têm agido nessa fiscalização desses contratos e não podem ser achincalhados como se não houvesse fiscalização.

Se os senhores tiverem a oportunidade de verificar os relatórios de fiscalização que são feitos pelos profissionais de saúde, verão que lá são feitos apontamentos de glosas. Nenhum contrato de gestão é pago na sua plenitude o valor total. Por quê? Porque há muitas glosas, há muitos

apontamentos, há muitas incorreções verificadas na prestação de serviço e isso a gente tem sinalizado.

Então, felizmente, aqui em Guarulhos, nós temos profissionais de carreira concursados atuando nessa fiscalização. E as equipes técnicas, também na sua grande maioria, são profissionais de carreira. Está certo? Como acho que os senhores podem observar, de 12 mil colaboradores que nós temos na Secretaria de Saúde, 131 são cargos comissionados.

Em termos da estrutura de direção da Secretaria de Saúde, eu tenho apenas oito diretores comissionados. A parte de gestão da Secretaria, divisão técnica, chefias de seção, gerência de unidades, é toda constituída por servidores concursados com longa data de atuação de serviços prestados aqui em Guarulhos.

Então, quando se ataca, às vezes, a direção da Secretaria da Saúde, precisa entender que, na sua grande maioria, quem faz a política, quem faz a direção, quem constrói a política de saúde em Guarulhos, com todos os problemas verificados, é a força de trabalho da Secretaria de Saúde, que tem profissionais valorosos. Está certo? Nós temos que entender essa lógica e essa dinâmica. E aqueles que, porventura, são contratados por entidades delegadas, como é o caso das OSs, também, na sua grande maioria, são profissionais de saúde que prestam bons serviços à municipalidade. Falta tecnologia? Falta tecnologia. Faltam condições adequadas de trabalho? Faltam condições adequadas de trabalho. Faltam insumos em determinadas oportunidades? Faltam insumos para prestar um bom serviço.

Agora, Vereadora Janete, é importante dizermos o seguinte. Estamos no 37º ano de construção do SUS. Nós conseguimos escrever na Constituição Federal, em 1988, fruto de uma grande mobilização popular, fruto de uma emenda popular, inclusive. A gente percorreu as várias portas de igreja, as portas de estação, o movimento sanitaria fez um brilhante trabalho em escrever os capítulos, do 196 até 200. E a gente colocou como emenda constitucional a necessidade de instituir um Sistema Único de Saúde que tratasse todos os cidadãos de igual forma, porque, até então, nós tínhamos o modelo de assistência médica pública para os cidadãos que tinham carteira assinada, que eram considerados cidadãos de primeira linha. E todos os demais que não tinham carteira assinada, eram considerados pobres; portanto, tinham que ter um atestado de pobreza para poder ter acesso ao sistema público de saúde.

Felizmente, a partir de 88, tivemos escrito na Constituição que todos os cidadãos brasileiros têm o direito e o Estado tem o dever de ofertar o serviço público de qualidade em saúde pública. Só que nesses 37 anos que estamos construindo, infelizmente nos mais diferentes municípios

brasileiros, nos Estados, inclusive governantes federais, não tivemos a priorização devida para que esse mandamento constitucional fosse respeitado.

Aqui mesmo na cidade de Guarulhos o mandamento constitucional fosse respeitado. Aqui mesmo na cidade de Guarulhos, os problemas que estamos enfrentando de falta de tecnologia adequada, falta de condições. De 69 UBS que temos, 39 estão em imóveis locados. Às vezes eu chego a frente, não sei se é uma padaria, se é uma quitanda, o que é. Não! É a unidade de saúde que estou procurando pelo *Wise*. É falta de investimento desses últimos quatro meses? Não! É falta de investimentos dos últimos 35 anos, a partir de 1990, quando nós municipalizamos.

Então, temos de responsabilizar o conjunto dos agentes públicos que tiveram a oportunidade de fazer um SUS diferente; de construir unidades próprias, de equipar, de prever no orçamento.

Veja bem, nós temos um orçamento vigente este ano. Quem fez esse orçamento que nós estamos administrando? A gestão anterior, certo? A Vereadora Janete provavelmente ajudou a aprovar o orçamento. Pode ter votado contra, pode ter votado contra, mas o orçamento deste ano tem 300 milhões a menos do que foi executado ano passado. E aí, Vereadora, cometer um erro enganoso de, em vez de maio, ser junho, com um orçamento de 300 milhões a menos, você vai me desculpar, pela sua experiência como ex-deputada, ex-primeira-dama, Vereadora – Não, não, foi primeira-dama, em algum momento a senhora foi, certo?, deputada federal e Vereadora – a senhora sabe, a senhora sabe muito bem, a senhora sabe também quais são as mazelas, as mazelas da administração pública em determinadas situações.

Cravar o calendário exato... e a gente, quando a gente responde aos requerimentos, a gente está falando de forma estimativa. Ora, eu posso estimar uma obra, e a senhora sabe, que a senhora mesmo me procurou outro dia falando: “Olha, lá na Morros... ou lá no Marinópolis... Jardim Adriana. “Olha, aquela reforma que está sendo feita, vai dar infiltração, vai dar problema, vai dar...” No Morros, certo? Eu falei, olha, eu vou mandar lá urgente a nossa equipe de infraestrutura para verificar isso. Se fossem apurados todos os problemas que foram apontados, dificilmente a gente ia inaugurar em agosto ou em setembro, a gente ia ter que derrubar, porque se tinha infiltração, eu não ia correr o risco de concluir uma obra que depois ia colocar em risco a vida das pessoas e dos profissionais de saúde.

Então vamos entender o momento que a gente está vivendo, está certo? Outra coisa, outra coisa, dentro da lógica de fortalecimento do SUS, a gente discutir que faltam médicos... faltam médicos, eu não estou negando isso em nenhum momento.

Outra coisa, em nenhum momento eu disse que os números são satisfatórios. Eu disse que, diante do caos que estava

anunciado, a gente conseguiu desenvolver um trabalho nesse primeiro quadrimestre que, comparativo, a gente manteve a saúde numa situação de funcionamento. Agora, para aperfeiçoar, e aí, como ex-deputada, como Vereadora, como uma pessoa experiente, conhecedora de política pública, a senhora sabe que tem processo de maturação, certo?

Se eu não tenho um orçamento previsto, como é que eu vou prometer, garantir, assegurar para os senhores que nós vamos reformular todo o Sistema Único de Saúde de Guarulhos em quatro meses, em cinco meses, em seis meses? Não.

Outra coisa, as pessoas confundem os 100 dias de governo como sendo a pedra fundamental para a concretização de todos os compromissos assumidos pelo Prefeito durante o período eleitoral. O Prefeito Lucas Sanches foi eleito para governar durante quatro anos, certo? Vamos aguardar até o final dos quatro anos para a gente ver a transformação que a cidade vai viver.

Eu posso garantir para vocês que o que nós estamos observando, o compromisso do Prefeito com essa mudança, o empenho de todos os profissionais de saúde da Secretaria de Saúde, a nossa mobilização, a nossa presença permanente nos equipamentos, o debate – quando eu venho aqui na Câmara, eu venho aqui porque eu sei que faz parte da minha obrigação. Quando eu assumi a possibilidade de ser um agente público no município de Guarulhos, eu sei que eu tenho que vir prestar contas para a Comissão de Saúde, eu tenho que vir prestar contas para a população em audiências públicas, está certo? – e essa presença é que vai garantir a gente aprofundar o debate, como nós estamos fazendo hoje aqui, está certo?

Então, não há negligência, não há prevaricação da nossa parte se a gente errou por um mês a obra. Não, eu estou falando isso, eu sei que a senhora não falou isso, está certo? Mas a gente precisa ter condições para poder fazer um bom trabalho.

Vou só, e aí sem crítica também, mas a gente tem que estabelecer isso de forma muito clara. O volume de requerimentos que eu recebi na Secretaria de Saúde nos últimos tempos é um negócio impressionante! E aí, quando você vai filtrar as informações que são solicitadas, todas elas já estão disponíveis no Portal da Transparência.

Quando me pedem, por exemplo, contrato de todas as OSs, os contratos estão lá no Portal da Transparência, mas eu tenho que mobilizar funcionário para poder tirar a cópia, preparar uma resposta, encaminhar um calhamaço de coisas que está ali no Portal da Transparência, está certo? Então, são situações que a gente precisa ter muita clareza. Eu posso assumir aqui perante a Câmara Municipal, perante a população aqui presente, perante

os servidores, que dá nossa parte há total empenho em pactuar coisas diferentes do que estavam pactuadas, está certo?

Eu sofro todos os dias, quando eu vou deitar; coloco a cabeça no meu travesseiro, eu estou tranquilo que eu não estou fazendo nada de errado. Eu estou tranquilo que eu não estou usando a estrutura da Secretaria de Saúde para fazer quaisquer outras coisas que não seja zelar pelo interesse público, está certo? Mas eu tenho consciência e durmo tranquilo porque as mazelas que nós encontramos no Sistema Único de Saúde de Guarulhos não foram provocadas por nós, está certo? Não é inação da nossa parte, não é falta de ação.

E aí a gente precisa pactuar, de fato, uma série de situações. Eu sofro quando eu, como militante da política pública do SUS, vejo que nós não temos condições, por exemplo, de colocar um consultório a mais em determinadas unidades, porque fisicamente ela não comporta um consultório. Sofro quando o pessoal fala: “Ó, precisa chamar rapidamente os médicos que saíram em dezembro.” Aí eu recebo uma lista dizendo assim: “Tal médico, unidade tal, 10 horas”. Eu falo: “Como assim 10 horas?” “Ah, porque não tem espaço, não tem consultório para colocar mais médicos.” Então, isso é um problema estrutural de longa data do município de Guarulhos, está certo?

Os dois andares do Pimentas é uma vergonha, é uma vergonha! Nós estamos falando de 2006 até 2025, e os dois andares sem concluir, com dinheiro reservado na Caixa Econômica Federal, no 14º aditivo, está certo? Então, a gente tem que botar a mão na consciência.

Quando eu trago os indicadores na apresentação, é para provocar o debate que está pactuado – eu não concordo – só que é o que está pactuado, é o que existe. E eu falei isso na minha apresentação: “Trago esses números para que quem tem a responsabilidade de formular as políticas públicas, o Poder Executivo tem a responsabilidade de formular, o Poder Legislativo também tem, saiba dessas pactuações e intervenha para a gente corrigir.”

Então, é um trabalho a quatro mãos, está certo? É um trabalho a quatro mãos. Eu posso garantir que, da nossa parte, não faltará empenho para poder pactuar coisas novas e entregar coisas novas e oferecer um serviço de melhor qualidade para os cidadãos de Guarulhos. Os guarulhenses merecem isso, merecem isso, está certo?

Eu já comentei, e eu não vou cometer nenhuma descrição, porque eu já falei com a Janete sobre isso, às vezes a gente que é de fora, ou que veio de outro município, a gente vê Guarulhos como uma cidade rica, como uma cidade com muito recurso, como uma cidade que estava tudo

extremamente organizado: o sistema único, informatizado, a melhor tecnologia. Quando a gente se depara, não é isso.

Nós temos uma população dependente SUS enorme, maior do que várias cidades da região metropolitana e, portanto, nós precisamos fazer valer os princípios do SUS, a questão da universalidade, a questão da equidade, está certo? E isso a gente só faz com muita disposição e entendendo os *times* da administração pública. Eu não consigo fazer contratações por menos de quatro meses, por exemplo. Nós estamos falando, eu estou falando de quinto mês de gestão, está certo?

Nós não conseguimos corrigir distorções que vêm de anos. Eu tenho sido cobrado, às vezes, na rua, e aí o Tadeu falou aqui uma questão da população. Eu circulo muito, vi, Tadeu, pelas unidades de saúde, pelos espaços. Ao hospital, eu vou praticamente todos os dias, tanto no HMU como no Pimentas, e a gente se depara com as pessoas. E, às vezes, a gente é cobrado, sou cobrado pelo desvio de 40 milhões do Instituto da Mulher e do Pimentas. Não houve desvio, eu falo para as pessoas, eu falo: “Olha, o recurso veio como custeio, como custeio foi utilizado, está certo?” Mas não é a nossa gestão que tem que prestar contas disso, não sou eu que tenho que prestar contas disso.

Agora, entrega 40 milhões nas mãos da atual equipe da Secretaria da Saúde que vocês vão ver o que nós vamos produzir de mais serviço, com melhor qualidade e de equipar melhor as nossas unidades, de garantir insumos para valer, está certo? Por quê? Porque nós estamos com uma equipe comprometida e vamos fazer a diferença se permitirem, está certo? Esse compromisso eu posso assumir, de pactuar coisas novas, de pactuar, chegar com antecedência às informações, de nunca fugir do debate, está certo? E de prestar contas de forma transparente e adequada para todos.

De fato, a gente precisa melhorar as nossas condições estruturais, nós precisamos melhorar a oferta dos serviços assistenciais. Falei aqui da questão oncológica. É um absurdo ao longo de 35 anos de existência do SUS, a gente não ofertar... 37 em função da Constituição... só que a Lei Orgânica, do SUS, a nº 8.080, é de 90. Então, a partir de 90 que nós municipalizamos. Então, em 35 anos, é inadmissível não ter um CACON aqui! É inadmissível a gente não ter um número de UTI satisfatório, está certo? É inadmissível você ter 14 ambulâncias de SAMU e você não ter uma maca para carregar idoso! É inadmissível você, nos leitos hospitalares, não ter uma cama para recepcionar idoso! Quando chega um idoso, um obeso, é colocado no chão, no colchão, porque não tem uma cama adequada para receber pessoas obesas, ou uma maca!

Outro dia eu vi um vídeo, a família chamou o SAMU, o SAMU não veio, porque a pessoa era obesa e não tem ambulância com essas

condições, está certo? Então, é inadmissível! São detalhes, mas são detalhes que podem garantir e salvar uma vida. E aí, o compromisso é de todos nós.

Então, nós estamos com essa disposição e com toda a disponibilidade do mundo. Eu trabalho pelo menos 17, 18 horas todos os dias aqui em Guarulhos, já mudei para Guarulhos, está certo? Para poder estar perto e atender as pessoas que me chamam, está certo? Agora, eu não posso responder por mazelas de 35 anos, está certo? E aí, a gente tem que fazer o debate de forma transparente, honesta e com informações sérias e não jogar ao vento determinadas informações, como o Conselheiro Pedro fez aqui, está bem? Mas, eu conheço o seu compromisso com o SUS e eu tenho certeza de que a gente vai contar com a sua força e com a sua determinação para, juntos, a gente construir isso. Está bem? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Obrigado, Secretário. Quero convidar aqui também o senhor José Roberto, que é munícipe. Enquanto ele está vindo aqui, Secretário, chegou uma pergunta do Vereador Welliton Bezerra. Enquanto o Zé Roberto está se preparando para fazer a dele também, eu só vou fazer uma pergunta em nome do Vereador, é a respeito dos NAVs: se existe a possibilidade de ampliação nos Pimentas e melhor adequação dos que já existem? Essa é a pergunta.

Zé Roberto, por favor.

O SR. JOSÉ ROBERTO BRISIGUELLO – Secretário, tem duas ou três coisas para V.Sa. A primeira delas é inversão de valores. Sabemos que alta e média complexidade se gasta mais, mas para que tenhamos mais investimentos, na atenção básica, para garantir. Isso é uma coisa.

Outra coisa, Secretário, quando V.Sa. fala do CAF. Mas o CAF hoje em dia, desde que a Zélia assumiu, tirou a pessoal principal do CAF que é o usuário. Não sei como está isso hoje, o usuário. A Zélia, desde que assumiu a presidência tirou o usuário da CAF, tirou o conselheiro usuário da CAF, que eu saiba. Só passou a ter gestão em trabalhadores da CAF, não tinha mais usuários. Não sei como está isso hoje.

Outra coisa, Secretário, quando também o senhor fala do atendimento de Odontologia, talvez seja emergências. E outra coisa, Secretário, precisa ver alguma coisa com relação a UPA também. Como fazer isso dentro do sistema? As pessoas estão indo para a UPA para passar no médico na UPA. Pede exame, a pessoa retorna no outro dia e acabam pondo isso como uma nova consulta e, na minha visão, seria retorno. Teria como fazer alguma coisa relativa a isso?

Outra coisa, só para terminar, a importância de tentar fazer, realmente, uma Saúde Participativa para a população. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Obrigado, senhor José Roberto.

Último inscrito, o senhor Felipe Talismã, conselheiro gestor de Saúde. Por gentileza, com a palavra.

O SR. FELIPE TALISMÃ – Bom dia a todos os presentes. Bom dia aos Parlamentares aqui presentes, também à Mesa na presença do Presidente, na presença do Conselho Gestor e ao Secretário de Saúde aqui. Venho em nome do SAE Carlos Cruz, usuário de lá, atuante no Conselho Gestor de lá também e vou ler um ofício que vou entregar na mão do Secretário aqui presente, que é assim:

– É feita a leitura do ofício, como se segue:

“Associação Marinati, CNPJ vou restringir, Guarulhos São Paulo, Ofício 94/2025. Guarulhos, 26 de maio de 2005.

Na Ouvidoria da Saúde do Município de Guarulhos, Secretaria Municipal da Saúde.

Assunto: Solicitação urgente de providências quanto a ausências de médicos infectologistas no SAE Carlos Cruz.

Prezados senhores e pessoas aqui presentes, venho por meio deste ofício em nome da Associação Marinati, como entidade atuante na defesa do direito das pessoas LGBTQIA+PAN, pessoas vivendo com HIV-Aids, no Município de Guarulhos, manifestar a nossa profunda preocupação com a ausência de alguns meses de médicos infectologistas no serviço de atenção especializada, conhecida como SAE Carlos Cruz.

Tal ausência tem gerado sérios impactos na continuidade de tratamento de pessoas vivendo com PVHA, com risco real de abandono terapêutico. Além disso, compromete diretamente o acolhimento e acompanhamento de pessoas, de novos casos que buscam serviço após atestagens rápidas, as quais muitas vezes não retornam ao serviço favorecendo, assim, um diagnóstico tardio e manifestação na cadeia de transmissão de vírus.

Cabe também atentar-se que no termo observação do crescimento de números do usuário em busca de profilaxias com a PrEP profilaxias em exposição que encontram-se em fila de espera sem atendimento especializado, o que compromete acesso da eficácia dessa importância estratégia de prevenção combinada.

Temos plena consciência das dificuldades enfrentadas pelo Município na reposição de profissionais médicos, em geral nas reformações neste caso específico de (ininteligível) da área sensível à saúde pública voltada à contenção de um vírus que, após décadas enfrentadas ainda exige resposta rápida e constante. Na falta de atendimento pode representar não apenas um retrocesso nas políticas de Saúde locais, mas também de perdas importantes no avanço do controle da epidemia de HIV-Aids.

Solicitamos que, com máxima urgência, o esforço para sanar essa grave lacuna seja por meio de remanejamento interno, abertura de processo

seletivo específico ou articulações com o Governo Estadual ou Federal a fim de garantir a continuidade no cuidado a essa população vulnerável.

Desde já colocamo-nos à disposição para colaborarmos com o que for necessário. Para superar esse cenário, reiteramos nossos compromissos com a vida e a saúde e o direito das pessoas que vivem com HIV-Aids em Guarulhos.

Atenciosamente,

Presidência da Associação Lu Marinatti”

O SR. FELIPE TALISMÃ – Quero aqui também, antes de concluir a minha fala, estávamos na reunião do Conselho Gestor na terça-feira, dia 27, e veio por meio de... anunciar ali uma morte, que sabemos que acontece, mas colocar a poço em uma reunião de Conselho que uma pessoa veio a falecer por falta de profissionais na área é meio complicado.

Eu sei que está um caos a Saúde em Guarulhos, sabemos que faltam profissionais especializados em cada área, mas o SAE Carlos Cruz pede socorro, os usuários ali pedem socorro. Tem gente saindo dali... Eu vou falar a verdade, aqui é para falar a verdade, é a Casa do Povo, é para falar a verdade, estão saindo daqui para fazer tratamento em São Paulo. Estão saindo das suas unidades, que é o CTA, e pleiteando para outros segmentos de Saúde sem ser em Guarulhos. Então, acredito, há um socorro, está o SUS ali. Em São Paulo está para atender socorro ali? Está para atender à população? Sim. Mas temos especialidade aqui dentro, no Município temos duas casas CTA e o SAE Carlos Cruz para atender a essas pessoas. A Regional I e II o responsável é o CTA. A Regional III e IV é SAE Carlos Cruz. Então, peço aí que nos atenda nas próximas reuniões que a gente solicitar. Após o término, eu vou entregar esses papéis na mão da Elisete ali presente, junto ali conosco.

Peço ao Secretário, por gentileza, nos ajude porque essa semana já tomei injeção por muita gente ficar me ligando: “Felipe, e aí, tem falado com o Secretário?”; “Felipe, e aí, como é que está?”. A gente recorreu também ao Deputado Alencar ajuda. Eles estiveram conosco na reunião do SAE Carlos Cruz, no conselho. Então, não estamos sozinhos nessa guerra. Nós queremos solução e solução não é só para mim, é para alguém de família aqui dentro que, às vezes, passa por dificuldade, passa por vários problemas na vida. Às vezes, não tem HIV-Aids, mas tem Hepatite B e para quem não sabe esses tratamentos se trata nessas bases de saúde, no SAE Carlos Cruz e no CTA.

Então, em nome de todos ali do SAE Carlos Cruz, eu, Felipe Talismã, conselheiro gestor local dali, peço, porque o SAE Carlos Cruz pede socorro. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Obrigado, senhor Felipe.

Antes, Secretário, tem uma última pergunta aqui também, vou passar às mãos do senhor, que é do senhor João Vítor Campos dos Reis. Ele pergunta sobre a reforma do CEMEG Pimentas e o que houve com a OS gestora: “A unidade vai retornar em junho? Mas com a gestão da Prefeitura? Se não, já foi feito chamamento para definir quem fará a gestão? Qual o valor previsto do contrato?”.

Com a palavra, o senhor Secretário para as respostas, tanto dos munícipes quanto do Vereador Welliton.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Bom, o José Roberto fez uma abordagem... Agradeço a todos pelas questões formuladas. O José Roberto fez, na verdade, uma colocação que é bastante pertinente. De fato, o maior volume de recursos é canalizado para média e alta complexidade.

Agora, a prioridade para organização para a porta de entrada do sistema tem que ser, de fato, para Atenção Primária. Esse é o grande desafio que está colocado e vamos trabalhar nessa perspectiva de, de fato, estruturar melhor nossas Unidades Básicas de Saúde e a partir daí ter condições de ampliar o atendimento. Temos vazios assistenciais enormes na Cidade na questão da cobertura da Atenção Primária. Se observar, pegando o eixo Fernão Dias adentrando no sentido do Tranquilidade vamos ver que temos pouquíssimas unidades naquele espaço. Então, a gente precisa, realmente, reforçar e tem uma população gigantesca. Se a gente pegar o eixo São João-Lavras sentido Água Azul também tem necessidade de mais Unidades de Saúde e mais equipes da Estratégia de Saúde da Família. Se pego aqui outro bolsão passando pela Aírton Senna sentido Cumbica se vê que existe necessidade de ampliação urgente de Unidades de Saúde da Família. Então, são espaços que já identificamos e que é fundamental fazer ampliação da Atenção Primária e, portanto, elevar essa pactuação de 50 para, no primeiro momento, 60, depois 70, depois 80 até atingir 100 por cento.

Desconheço essa questão, José Roberto, que você levantou sobre a CAF. Vou verificar e se for essa situação deve ser alguma indicação do Conselho Municipal, enquanto usuário para participar. Agora, é importante destacar que do ponto de vista do controle social todas as unidades de Saúde que estão com OSs têm conselho gestor. Então, a participação de conselheiros e usuários existe exatamente para fazer essa fiscalização e essa interlocução com a Secretaria e com o próprio Conselho Municipal de Saúde. Está bem?

Com relação... Eu entendo que a questão dos atendimentos odontológicos nas UPAs e PAs, de fato, são emergências. A questão que discuto é se não seria o caso de termos um CEU 24 horas para poder fazer esses atendimentos? Está certo? Então, tudo isso faz parte do plano de reestruturação e requalificação dos equipamentos, discutir a vocação de cada

equipamento que coloquei aqui e que é uma discussão ainda incipiente até pelo período que estamos à frente da Secretaria da Saúde.

Uma questão que foi trazida aqui por escrito referente aos NAVs do Vereador Welliton Bezerra. Essa é uma questão que me é bastante sensível. Para quem não me conhece ou para quem me conhece sabe que atuei durante muitos anos com a questão da Pastoral da Criança e com o Movimento em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, durante anos atuei no Movimento de Meninos e Meninas de Rua no ABC e sempre acompanhei muito de perto essa questão da violência sexual contra crianças e adolescentes. Costumo dizer que, às vezes, as pessoas trabalham com informações equivocadas, inclusive, da gravidade que é esse assunto. Vou dar um dado, às vezes, as pessoas falam: “O maior incidência de violência sexual é contra meninas”. Não. O que existe de violência contra meninos de cinco a nove, 10, 11 anos é um negócio alarmante. Muitas vezes, as pessoas confundem e falam: “Isso ocorre mais nas classes D e E”. Também não, acontece nas classes A, B, C, assim, de forma absurda, absurda. Talvez contando que não será denunciado. Então, a gente tem que ter núcleo de atenção estruturado, inclusive para a escuta da vítima, da criança.

Assim como a questão da violência contra mulheres que também é um negócio absurdo que a gente tem e os números, as estatísticas, as notícias nos trazem cada dia mais esse tema como sendo de extrema importância. Eu acredito que não só nos NAVs existentes como a gente precisa instalar em outros espaços, mas de forma adequada, de forma a, realmente, ouvir, fazer a escuta qualificada. Estruturarmos, inclusive, junto com o Poder Judiciário e o Ministério Público esses mecanismos de escuta que a legislação já prevê para que a gente não revitalize fazendo com que a vítima conte a história quatro, cinco, seis, sete, 10 vezes, porque primeiro ele conta para um profissional de Saúde ou para um profissional na escola, na Educação. Depois, ele vai contar para uma autoridade policial, depois ele vai contar para o MP, depois ele vai contar...

Então a gente precisa ter estruturas que consigam ouvir e dar o encaminhamento correto e, de forma a não levar um sofrimento ainda maior para as vítimas de violência sexual, nesse caso, tanto mulheres como crianças e adolescentes, tá? Então é um grande debate que a gente tem que fazer, envolver o Conselho Tutelar, envolver os Conselhos Municipais de Direitos da Criança, o Conselho de Políticas Públicas para Mulheres, para que a gente possa aprofundar e ver a melhor forma de estruturar isso, né? Da minha parte, vocês podem ter certeza que vocês vão ter um militante para poder fazer esse debate e um agente público com um pouco de conhecimento de causa para poder aprofundar esse debate, tá certo? A gente vai fazer isso com toda certeza.

Tem uma outra pergunta aqui que chegou por escrito, que é do João Vítor Campos, sobre a reforma do Cemeg Pimentas, o que houve

com a OS gestora. Aí, gente, é aquela coisa que a gente fala das mazelas. Para quem não sabe, o Cemeg Pimentas/Cumbica estava sendo administrado por uma OS com um contrato precário que ficou aproximadamente 18 meses, a título indenizatório, recebendo sete, oito milhões de reais por mês, tá certo?

Chegou 30 de novembro, como não tinha garantias de que o novo governo iria dar sequência, abandonou, , sem nenhum espírito público, já que é uma OS que também atua em outros equipamentos nossos aqui. O mais correto, enquanto espírito público, era aguardar o novo Governo, certo? Sentar à mesa e discutir a continuidade, não interromper o serviço, como foi interrompido. Porque, se estava a título indenizatório, qual o problema da nova gestão?

Dar sequência ao pagamento indenizatório como vinha sendo feito, enquanto não concluísse um novo processo licitatório. Não, eles simplesmente abandonaram. Eu assumi, foi abandonado dia 30 de novembro, nós estivemos lá no dia três de dezembro, três ou quatro de dezembro, chegamos lá, estavam as luzes acesas, comida na geladeira, uma série de medicamentos abertos, espalhados pela mesa, tudo largado, desde o dia 30 de novembro.

– Manifestações.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Não, mas eu estive lá no dia 3 ou 4 de dezembro. Aí, em fevereiro, iniciamos o processo de reforma e de adequação do novo espaço. Como nós pretendemos reabrir? Nós pretendemos reabrir com a administração direta, num primeiro momento, estamos contando que a gente tem profissionais para que a gente possa redimensionar o espaço, para a gente retomar o serviço o quanto antes. Contamos também com a possibilidade de concluir o processo licitatório e, portanto, ter mais médicos especialistas também para cumprir esse revezamento.

Enquanto isso, como é que nós estamos atuando? E aí, já aproveitando para responder ao Felipe com relação ao SAE. Como é que nós temos atuado? A gente tem utilizado sobras dos contratos atuais com as OSs e com as PJs que eles têm dentro dos contratos, a gente suprindo para poder fazer as forças-tarefas e a contratação dos profissionais que estão atendendo na atenção primária-saúde. Como nós esgotamos já algumas especialidades, a gente está suprindo outras especialidades agora.

Então, por exemplo, embora o SAE Carlos Cruz tenha falado que está pedindo socorro, nós tivemos médicos lá no decorrer do primeiro quadrimestre, porque está registrado aqui as consultas médicas que ocorreram. E deve chegar outro profissional, tem um profissional 32 horas semanal lá no SAE. Então, não é dizer que não tem. É isso que eu falo, que as

críticas têm que ser qualificadas. Nós podemos ter falta? Temos falta. Está insuficiente? Está insuficiente, mas é que não tem.

E deverá chegar um novo profissional na terça-feira. Está certo? E aí é importante, Felipe, já que você falou isso, essa é uma questão que está preocupando a questão da saúde pública. Por quê? Porque com a questão do avanço dos tratamentos, dos medicamentos que nós temos hoje à disposição, infelizmente o item prevenção e promoção está ficando no segundo plano.

Então, a gente precisa fazer um amplo movimento, uma ampla campanha, dizendo o seguinte: Nós temos remédio, mas o vírus continua circulando. Certo? E aí, é importante ter uma postura de promoção e prevenção. A comunidade LGBTQI+... precisa começar a trabalhar de novo com o item promoção e prevenção, está certo? E esse é um esforço da área da saúde pública para que a gente possa...

Por quê? Porque, independente de você ter médico infectologista no CTA ou no Carlos Cruz, independente de você ter o tratamento sendo ofertado pelo SUS, nós precisamos evitar que o vírus e que mais pessoas se contaminem e adoecem com a questão da AIDS. Então, a questão da promoção e da prevenção é um tema fundamental e que a gente tem que levantar essa bandeira cada dia a mais. Daí a importância de equipamentos como o CTA, como SAE o Carlos Cruz.

Tudo bem? Acho que encerrou as perguntas, né?

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Obrigado, Senhor Secretário. Eu gostaria, nesse momento também, de ver se o Presidente do Conselho Municipal, Dr. Vilcemar, consegue fazer o uso da palavra. Cinco minutos. Se o senhor quiser, pode usar aqui. Com a palavra, Doutor Vilcemar.

O SR. VILCEMAR JOSÉ DOS SANTOS – Boa tarde a todos. É um prazer estar nessa casa, participar desse processo construtivo que eu estou presenciando aqui pela primeira vez. Cumprimentar aqui o Vereador Gilvan Passos, Presidente da Comissão de Saúde desta Casa. Cumprimentar também o secretário de Saúde, Márcio Chaves, Secretária-Adjunta, Flávia. Rafael, que é o Chefe de Gabinete. Cumprimentar a Vereadora Janete Pietá, Secretária da Comissão de Saúde desta Casa também.

Vereador Geraldo Celestino que já saiu, mas também, né? Cumprimentando, se ele vier em algum momento, estou o cumprimentando. Cumprimentando a todos os vereadores. Não conheço todos, me desculpem. Principalmente os novos Vereadores que acompanham a casa, então não me apuro totalmente do nome de todos, mas minha consideração e cordialidade a todos vocês.

Cumprimentar também servidores, assim como eu, servidor da saúde. Todos os servidores envolvidos, tanto da saúde como desta Casa. Cumprimentar todos os munícipes presentes, todos os conselheiros gestores que eu já reconheci alguns rostos aqui, mesmo enxergando mal. Alguns conselheiros municipais também presentes. E cumprimento extensivo a todos os presentes no recinto. Dizer que é muito difícil falar depois do Secretário, né? Porque do ponto de vista técnico é difícil e bom ao mesmo tempo.

Difícil que não há muito o que acrescentar, porque do ponto de vista técnico é um conhecedor profundo, realmente, do SUS e todo o arcabouço legal e toda a trajetória histórica da implantação do Sistema Único de Saúde. Então está bem habilitado do ponto de vista técnico, né? E falar também depois de todos que usaram aqui o espaço, né? Que são conselheiros atuantes, conhecem as dificuldades da Saúde do município. Então é muito difícil.

Então sobra para mim só fazer algumas considerações e cumprimentos. Até também porque o tempo, já vai avançando a hora. Mas alguma coisa precisa ser dita sim, em parte, né? Indo direto ao foco e tenho certeza que muitos aqui questionam e perguntam o que houve com o Conselho Municipal de Saúde do início deste ano para cá, o que está acontecendo, né? Muitas coisas são faladas por aí. Então acho que esse é um momento bom, se bem que o Secretário já deu um panorama geral quando falou dessa moção de repúdio aqui. Que o ex-conselheiro Graco, que também já foi Conselheiro Municipal de Saúde, deixou aqui registrado.

Então posso comentar a respeito disso também, né? Falar que o Secretário, ele também é um Conselheiro Municipal de Saúde, então ele também compõe o colegiado do Conselho Municipal de Saúde, aquele colegiado que é o mais habilitado do ponto de vista legal, ou seja, é a representatividade mais autêntica, segundo a legislação, para representar a população, o contingente desse espaço chamado Guarulhos.

Então o conselho municipal que é composto por, hoje não, mas deveria ser composto por 80 conselheiros na sua totalidade. Esses 80 conselheiros representam quase um milhão e quatrocentos, bom, é porque o IBGE, o Censo é um pouco mais, vamos colocar ali, é um número mais maciço e redondo, um milhão e trezentos mil, vamos combinar aqui, né?

Mas tem uma variação em torno disso daí, e assim mesmo é adotado por amostra, então nunca a precisão é totalmente exata. Mas de maneira que aqueles 80 conselheiros que compõem o colegiado, na verdade, são um filtro dessa sociedade.

Então quando um desses 80 conselheiros fala, é preciso sim ter responsabilidade, como o Secretário colocou aqui, né? Porque, na verdade, esse Conselheiro está falando por um milhão e trezentos mil

habitantes. Então isso tem um peso. Então é por isso que é dada essa representatividade, e o conselho, ele é ouvido, ele é ouvido pelo Ministério Público Estadual, Federal, Tribunal de Contas, Judiciário, Legislativo, Executivo, e é prevista em lei essa legitimidade, essa legalidade, desde que o Conselho esteja também legal.

Seguindo a legislação federal em consonância com a estadual, em consonância com a municipal, todo o arcabouço legal que existe no SUS, desenvolvido após a última reforma sanitária, como o secretário colocou muito bem, aula de história, né? Você ouvir o secretário falar, é interessante, porque depois a gente vai ter mais aula de história, mas muito bom. Então, esse conselheiro não ficou paritário, realmente.

Era em 20 de março, quando houve aquela, uma denúncia do segmento, o trabalhador, um trabalhador, um conselheiro trabalhador, levantou a possibilidade de existirem entidades com problemas documentais e que estavam, por isso, se tem problema documental, estariam irregularmente ocupando o espaço ali do conselho municipal.

E aí foram apresentados algum material impresso, já corroborando aquilo. O Secretário tomou a atitude dele como Secretário de Saúde, e isso não cabe questionamento do ponto de vista de colegiado, porque nós estamos falando de uma autoridade do Executivo, mas que também pertence ao controle social e é legítimo de estar dentro da lei. Ele fez o que tinha que fazer.

Então, não há questionamentos nesse aspecto. E, depois dessa atitude, o Conselho Municipal, ele, aqui tem essa divergência, essa que é a visão de parte de conselheiro sim, mas acho que a visão maior do colegiado já ficou expressa. Ao entender que a possibilidade de irregularidades existia, o próprio conselho chamou para si a responsabilidade de se resolver, de analisar como foi feito o alcance dessas entidades para dentro do conselho municipal.

Para isso, a comissão... O conselho municipal trabalha com comissões. Tentando dar um geral aqui. Eu sei que a maioria aqui deve saber. Nós temos, para o regimento se procurar na página do conselho, sete comissões que estão lá, mas, na realidade, são dez. Ao longo da caminhada, já foram criadas comissões permanentes votadas em pleno. Nós, hoje, temos dez de vários setores da saúde.

As duas mais recentes criadas são: A comissão de saúde mental e a comissão de fármacos e medicamentos. A última comissão que foi criada para ter tempo curto de duração é o contrato de convênios, que também, posteriormente, também foi transformada em permanente devido à necessidade. Então, quando o conselho vê uma necessidade, ele se adapta.

Ele cria as comissões para estudar mais a fundo aquele assunto. Então, nós temos dez comissões. A executiva, a mais importante delas, é a que demanda todas as ações, que colima para si todas as emanções das demais comissões e levam a pleno.

E o pleno vota essas deliberações para tornar resoluções que, da ciência pública, é transformada em escrutínio público através de publicação em Diário Oficial. Tornando assim válida aquela formulação ou contribuição para a política pública de saúde. Uma vez a política estabelecida, publicada, o gestor decide se tem condições de transformar isso em execução de ações para a saúde.

Ele pode ou não seguir. Lembrando que o conselho municipal, fazendo uma análise comparativa, permita-me a licença poética, como uma bússola. O conselho municipal é um colegiado legitimado, ele é a bússola para o gestor. A bússola você coloca na mão da pessoa e dá pelo menos um ponto cardeal. Geralmente, a gente dá o norte.

A ponto norte, a pessoa tem a bússola. O conselho é a bússola na mão do gestor. Se a pessoa souber usar a bússola, é interessante que use a bússola. As recomendações são de que se use a bússola. Então, o gestor consegue se direcionar a partir da bússola. Dá um ponto cardeal e é a bússola.

E ele, sabendo onde quer chegar, está com o caminho iluminado pela setinha da bússola. Então, o Conselho, fazendo essa análise simplista, quase infantil, mas é uma forma simples de entender qual é o papel do Conselho no ponto de vista da geração e apoio ao gestor para resolver as questões de saúde do município. E também entender o controle do regramento das finanças, porque tudo na saúde depende de financiamento.

E a saúde não é barata, é muito cara. Então, desperta realmente interesses de múltiplos setores, até mesmo internacionais. E o Secretário sabe disso, que na legislação nossa da criação e implantação do SUS, existem leis bem firmes para impedir até que o capital externo possa adentrar com facilidade no sistema bilionário de saúde que já era previsto antes da sua implantação, que saberia que iria movimentar capitais extremamente altos e a prova disso é ver bilhões. Não se fala em coisa pequena, em qualquer cidade que você olhar também a nossa vizinha metrópole aqui, então capital, envolvida é uma coisa astronômica, porque a saúde é assim. Um tomógrafo não é barato, uma ressonância não é barata, quase tudo na saúde é muito caro. E, por isso, exige um controle sério, rígido e medidas protetivas múltiplas como foi colocado desde a implantação do SUS. E o Conselho entra nesse cômputo. A parte fiscalizatória também, não só a geração de políticas públicas, mas cabe também ao Conselho, como controle social e representante legítimo disso, fazer essa análise, fazer a fiscalização, cobrar mesmo, não tem jeito, isso é função do conselheiro. Ele

tem que cobrar, ele tem que apurar, ele tem que ter acesso à informação, ele é o legitimado para isso, ele pode solicitar documentos sensíveis, sempre com responsabilidade, aí também nós precisamos entender o sistema do SUS, apesar de já ser dito que ele está acima da fase de qualificação, não concordo, autores vão dizer que nós já estamos quase na fase final, que tem a implantação, expansão, depois qualificação. Acho que para qualificar ainda falta um pouco, apesar de alguns autores dizerem que já avançamos na qualificação, não concordo muito, tanto que nós estamos tendo essa discussão aqui, exatamente isso, como qualificar, como melhorar, ainda temos que expandir aqui no Município para ter mais financiamento, de 50 para chegar a pelo menos 70 por cento para cobrir essa necessidade da população.

Então, veja, o assunto é denso, nós precisaríamos de dias e dias, 5 minutos aqui é só mesmo para cumprimentar e dar bom dia. Nós precisaríamos aqui de muitos dias conversando sobre muitos aspectos, o senhor Brisiguello colocou aqui o que é atenção primária, secundária, terciária, a quem compete cada setor, se a gente for olhar a base do SUS de implantação, o primário corresponderia ao Município, o secundário até certo ponto, e até para qualificar o que é secundário e terciário já é difícil, seria em parte do Estado, mas o Município pode estar envolvido, o terciário já é voltado para o Estado, pela alta complexidade, seriam procedimentos que exigem muito mais tecnologia, avanço, especialização, como neurocirurgia, hemodinâmica, intervencionista, entre outras coisas, transplantes, e centros especializados, como saúde específica da mulher, tratamento de câncer, entre diversas outras áreas da Medicina, que é vasta e densa e difícil de se trabalhar, de se entender e de se resolver, Secretário.

Vendo aqui a dificuldade eu vejo o seu lado e vejo o meu; eu fico vendo o Secretário ele tem a linha de execução das ações de saúde como é previsto legalmente. O Conselho Municipal não tem essa função de execução, eu já falo para todo mundo, o Conselho não tem chave do cofre e não tem poder de execução, ele tem o poder de contribuição na geração de políticas públicas e fiscalização. Aí eu vejo o desafio dele, eu vejo o meu e fico vendo que guerra que a gente foi se envolver, mas é para não esmorecer é um processo em construção, e aí, Secretário, a gente vai ter que entender, vai ter que perdoar, vai ter que retroceder, entender que mesmo o conselheiro às vezes tendo uma aspereza na fala, ele talvez ainda não tenha apurado, não tenha tido o conhecimento que o senhor tem ou que eu acho que tem, mas nem tanto assim quanto o senhor, porque o que eu aprendi no banco acadêmico da Faculdade o Secretário participou na criação. Então, é uma covardia até comparar, porque ele ajudou a criar implantou e ficou dentro do sistema trabalhando, eu tive que aprender no banco da Faculdade e com a trajetória de vida para tentar destrinchar o que é o SUS um pouquinho, então eu alcanço um pouco a visão do SUS, mas nem todos os conselheiros municipais, conselheiros gestores seja de UBS, regiões ou de equipamentos

únicos no Município, não alcançaram talvez essa dimensão e esse conhecimento.

Então, também investir na qualificação desses conselheiros na formação de conselheiros, a Escola SUS está ali para isso, trabalhando em conjunto com o municipal precisa dinamizar, melhorar, aprimorar esses conselheiros também, para que eles entendam como cobrar e entender esses tetos, esses limites, essa qualificação, essas pactuações são devidas a isso, como eu falei aqui agora, municipal, estadual, primário, secundário, terciário as pactuações nascem daí, como é que eu qualifico um hospital, se ele é secundário ou terciário; o HMU tem equipamento de alta complexidade, então, ele é terciário, mas ele é terciário até onde? Se ele precisa enviar para outros locais para fazer uma hemodinâmica ou uma revascularização do infarto, ou uma neurocirurgia mais complexa ele tem essa capacidade? Ele tem esse desenvolvimento? Ele tem *know-how* para isso? Não. Então, como eu qualifico ele? Uma média complexidade mais 3 quartos? É difícil. E isso vai gerar no impacto financeiro que o Secretário colocou, porque você, para criar, você vai ter que justificar para o SUS, para pedir financiamento, e aí é onde está o “X” da questão. Como que você vai convencer o ente federativo maior que pode demandar tanto o regramento através do Ministério de Saúde, ele que te habilita, que diz você pode ou não ser nível isso, se uma maternidade vai ser criada aqui como a do Pimentas que demorou o pessoal da Região – quatro trabalhar – e liberar aquilo, foi um trabalho árduo, eu sei disso e tem que ter o aval do Ministério, senão não vai vir o financiamento para ser mantido aquilo, tem linhas de cuidados pré-determinadas.

Então, é muito complexo, isso não se consegue colocar para todos os conselheiros assim, em um instante, em um *insight* ou em um mandato de dois anos, que é o mandato do conselheiro municipal. Então, tem que investir também nessa parte, cabe a nós ali do Conselho trabalhar, interagir com esta Casa.

Parece um pouco desconexo, que eu comecei de um lado, bati para o outro, mas é como eu disse, eu estou tentando resumir e vai ser impossível, precisaria aqui de talvez de umas duas semanas para explicar a dinâmica do Conselho, porque ele ficou imparitário (*sic*), logo ele não é mais o representante legal dessa demanda toda que eu falei aqui até agora, se ele está imparitário, (*sic*) ele está ilegal, ele está à margem da lei, ele é um Conselho marginal até esse momento, se ele é marginal, ele não pode falar nada para fora nenhum documento nenhum pode ser assinado, nada pode ser votado, porque não tem validade para isso. E aí? Como recuperar essa paridade do Conselho uma vez que – só lembrando ao senhores, que o Secretário apontou uma instituição, e a dona Zélia, que era a ex-Presidente conselheira, a representante daquela instituição não pôde mais, infelizmente, estar dentro do Conselho Municipal porque a lei, o Regimento não permite e com isso mais outras duas instituições, quando foi feito o processo de análise

documental, também tinham incorreções impossíveis de serem corrigidas, não havia como dar tolerância nenhuma devido à gravidade da questão documental ali, então mais duas instituições caíram, então nós ficamos pendentes de seis conselheiros municipais de saúde, de oitenta, que eu disse para vocês que deveria ser, nós caímos em seis, logo a imparidade que, por um, já era um problema muito difícil, se tornou quase que insolúvel quando você tem que recompor seis conselheiros sem ter de onde tirá-los, sendo que as instituições habilitadas não traziam números suficientes para fazer isso. Então, isso também, e falha também do próprio Conselho que tinha que dar mais transparência, visibilidade das suas ações estimulando a população a participar, as entidades a participarem do Conselho para ter um número maior de reserva para, em um momento crítico como esse, ter como recompor o Conselho rapidamente, ele estar habilitado e poder participar desse processo, porque isso aqui tem que ser votado no Conselho Municipal, nós estamos atrasados, o Conselho Municipal não votou ainda a do último quadrimestre do ano passado, Secretário. Já veio para esta Casa já passou pela apreciação dos senhores, mas ao Conselho Municipal ainda não veio, ela é a última, e nem pode vir, porque o Conselho não pode votar, mesmo que venha não será votada, enquanto não for recomposto, porque vai demandar publicação, oficialização, e o Conselho não tem força legal para isso neste momento, ainda não, mas aí já cabe aqui um adendo, cabe agradecimento inclusive a esta Casa, porque eu tenho que comunicar aos senhores que graças a ação desta Casa, o agradecimento é extensivo aos senhores, não diretamente para esse grupamento de Vereadores, mas àqueles que os antecederam no passado, mas é extensivo aos senhores, porque os senhores representam toda essa trajetória e a função dessa Casa, é esse que é o agradecimento. Então, vocês sintam-se também cumprimentados e agradecidos por este conselheiro porque através da Lei nº 6.010, que foi apreciada por esta Casa, promulgada, trabalhada em todos os seus artigos e parágrafos, garante uma única possibilidade de recomposição de reestruturação do Conselho Municipal, deu trabalho para descobrir e foi muito difícil, buscar o amparo legal, sem ter o aporte apropriado, sem ter uma consultoria jurídica, mesmo a gente solicitando, mesmo tendo a questão jurídica ali dentro do Conselho nós não conseguimos...

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Senhor Presidente, só para concluir, por gentileza.

O SR. VILCEMAR JOSE DOS SANTOS – Sim, eu agradecer – como eu falei – eu precisaria de alguns dias, mas para concluir, o Conselho será recomposto graças aos senhores, a lei que os senhores aprovaram, o artigo 10 e o artigo 11 desta lei, com parágrafo único desses dois artigos, permite ao Conselho Municipal remanejar dentro do mesmo segmento o número de vagas e nós resgatamos do processo eleitoral anterior a única região de saúde que tinha candidatos suficientes para recompor a paridade mínima do Conselho, então, nós vamos colocar três conselheiros, já

foi passado em pleno, falta o mecanismo de publicação tornando oficial. Então, para os próximos dias, o Conselho vai estar recomposto na sua paridade mínima, o que o torna legítimo e legal novamente, aí nós poderemos votar tudo o que está atrasado: a prestação anterior, esta quando chegar, a RAG, quando nós tivermos disponibilidade de apreciá-la dentro das Comissões e tentando talvez dar maior divulgação.

E o que a Vereadora Janete colocou é isso, a gente tem que buscar essa interação, Secretário, esta Casa, o Conselho, o Executivo, a comunidade como alguns já colocaram aqui, uma maior participação assim talvez a gente consiga trabalhar na reestruturação da saúde do Município, medidas reestruturantes sim, aumentar o campo das especialidades sim, a parte de mutirão ela não será suficiente ela é uma ferramenta a ser utilizada sim, mas se eu não trabalhar, não investir na reestruturação com o aumento da especialidade e com a manutenção dessa especialidade, não adianta filtrar apenas o mutirão eu preciso garantir *a posteriori* como vai ser essa demanda a garantia de atendimento para essa demanda, mas isso é uma construção em conjunto, esta Casa aqui está solicitada a participar e minha gratidão a todos pelo trabalho dos senhores e permitir a recomposição do Conselho. Eu me sinto praticamente com a missão principal que eu tinha em mente cumprida que era reestruturar e recompor o Conselho, os senhores fazem parte disso. A minha gratidão a todos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Obrigado, senhor Presidente, quero agradecer a presença dos Vereadores, à Vereadora Janete Rocha Pietá, que é a Secretária da Comissão de Saúde, ao Vereador Doutor Laércio Sandes que também se fez o presente, ao Vereador Daniel Alves, aos assessores dos Vereadores que nós já mencionamos aqui também a participação de todos. Agradecer ao Secretário Márcio Chaves que também vai fazer aqui uso da palavra para nós podermos encerrar essa audiência.

A Vereadora Janete também, antes, quer falar algo, mas enquanto ela vai ali, se o senhor já quiser, só um minuto e eu já passo a palavra depois para o senhor, para nós fazermos as considerações finais e darmos o encerramento.

– Falas paralelas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Ah é, então está bom, o Vereador Doutor Laércio Sandes combinou aqui com o Vereador Daniel Alves que passou o tempo.

Vereadora.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ – Olha, eu acho que o nosso Secretário é uma pessoa militante, técnica, mas, senhor Secretário, eu queria lhe dar alguns esclarecimentos.

Realmente voltar de 89 a 90, a 1990 onde era o Governo Thomeu, até hoje, quando eu coloquei a questão de pactuar, é o seguinte o senhor sabe que existia em Guarulhos saúde participativa, seria muito importante reativar a saúde participativa, e eu gostaria de participar desse processo. Por quê? O que fazia saúde participativa? Tinha reuniões por regiões onde ouvia a população, o trabalhador e os gestores; estavam lá o Prefeito, o Secretário e os Vereadores, sabe por quê? Porque na verdade é o seguinte, claro, aliás, eu estou sendo muito moderada aqui em cobrança assim como o senhor colocou, que eu tenho experiência eu, por exemplo, sempre defendi que aqui tivesse CACON eu sempre já coloquei para o senhor, e aí eu estou lhe chamando de senhor como autoridade, apesar de nossa relação de conhecimento, porque Guarulhos, ao nível do Estado pela primeira vez o senhor trouxe a relação da onde quem vai para tratamento oncológico em Santo André, não sei aonde, e todas as especialidades, mas eu gostaria de colocar o seguinte que ao nível técnico, nós precisamos de voltar a estabelecer mecanismo de participação popular – que o senhor defende – e transparência junto com o Legislativo, que é cobrado, para discutir uma série de coisas, e estabelecer o tempo, eu compreendo totalmente que o senhor pegou o orçamento do ano passado, mas vai vir esse ano, certo?

Agora, a questão que eu queria lhe dizer concretamente, eu inclusive, antes de ser, eu nunca fui primeira-dama, mas antes de ser, eu fui Secretária-Adjunta de Saúde e, por isso, que eu criei, que nós precisamos de responder tecnicamente alguns problemas entende? Porque se o senhor defende o SUS eu também, e o que nos interessa aqui é como solucionar o problema de saúde da população, que está invertido e aí eu botaria a seguinte questão: quais são – em vez do senhor só trazer os números – nós precisamos de sentar para estabelecer como é que nós vamos priorizar a atuação primária da Cidade, que recebe menos verba, e que a população vai para o HMU. Por quê? Porque ela não encontra o serviço.

Então, eu só queria lhe dizer o seguinte, a angústia do senhor é a nossa. Eu digo essa palavra que eu não gostaria de falar, e o papel técnico do Conselho é exatamente se reunir com todos os conselheiros de base para saber onde está o problema, porque mais do que ter uma aula nós precisamos de respostas. E a população nos procura, por exemplo, o nosso Presidente não colocou um problema nosso como médicos que não receberam cobram de nós, porque a Saúde, a Secretaria pagou e a OS não repassou, e nós somos cobrados. Como é que se resolve esse problema? Como resolve o problema de ter um farmacêutico para várias unidades, e Guarulhos paga menos do que Arujá e Santa Isabel, entende? Então quando eu coloquei que nós precisamos nos sentar para pactuar as cobranças que vêm para nós, e qual o mecanismo de um secretário que tem o conhecimento do domínio do SUS, conosco que temos conhecimento do domínio do SUS e a população que nos cobra? Então é um drama. E como atender? E aí vou dizer

a verdade, eu encontrei um trabalhador que falou como é que eu vou trabalhar com dois por cento se inflação está cinco por cento?

São essas contradições. Já que nós temos aqui o compromisso com o SUS e o compromisso com a cidade, que não é uma qualquer cidade, é a segunda, e com tantos habitantes, temos que criar uma audiência, e aí eu revivo a saúde participativa, que não é números, mas é realidade, frente, missão e proposta, entende? Então talvez algumas pessoas de base não estejam entendendo. Agora, a população realmente nos cobra, como é que uma pessoa da minha família está morrendo e não tem exame? Está morrendo e não tem o médico, ou o exame não pode ser feito, porque não tem o médico para fazer o exame. É o drama que nós vivemos.

Então além dos números, nós temos que ter a coragem de chamar, e não precisa ser nesse espaço, pode ser no território, faça pelo território e vamos nos sentar e ver quais são os problemas que o senhor já colocou: falta estrutura, estrutura física, um trabalhador que não tem água para beber, filtrada – é terrível –, que não tem internet, que não tem ambulância dos ACS para subir morro e descer morro do Cabo Sul. Não é problema seu e é problema nosso e é problema seu também.

Então nós estamos aqui com desafio e eu peço desculpas por colocar de uma forma genérica, que a população talvez não esteja entendendo, mas para lhe questionar qual é o problema que o senhor vive e que nós vivemos. Eu sei que é tarde, eu sei que nós estamos cansados e eu inclusive cheguei tarde de Brasília, mas vim para cá por causa do meu compromisso com o SUS e com a cidade; e aí a gente está em uma situação de que nós temos que nos sentar, planejar e ver como resolver, porque, infelizmente, uma coisa é papel, papel cabe tudo, agora a vida é vida ou morte, a situação é muito complicada e nós, a universalidade é importante, mas o que acontece é que é o genérico, na universalidade nós temos que atender 77 por cento da população que não tem SUS, mas a população não quer saber da universalidade quando chega a saúde na sua família, no seu pai ou na sua mãe.

Então é esse o drama que nós vivemos e vocês também da saúde vivem, e eu estou aqui hoje colocando assim de uma forma transparente, que eu quero a resolução. E aí não adianta dizer que você não tem responsabilidade e que eu tenho há muito tempo aqui, nem que eu tenha muito tempo aqui, mas que a pessoa está hoje lá morrendo no HMU porque não tem.

Então, para concluir, eu proponho que nós façamos uma audiência por região e onde vai ter técnicos, trabalhadores, gestores, Vereadores e população, como fazia o Saúde Participativa, para que a gente tente acertar os ponteiros, porque senão daqui a dois anos estaremos nesse mesmo discurso, nesse mesmo problema, assim eu não espero que ocorra.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Com a palavra, senhor Secretário.

O SR. MÁRCIO CHAVES PIRES – Bom, eu fiquei devendo uma resposta, Vereadora Janete, que foi com relação à questão, acho que o Vereador Daniel saiu, que é exatamente a questão de que as unidades de saúde estão proibidas de passar informação para os Vereadores.

A primeira coisa é a seguinte: essa orientação não existe, todos os gerentes são orientados a recepcionar e a tratar todos os cidadãos da mesma forma, com respeito, está certo? O que não pode, e os senhores são sabedores disso, é requisitar documentos nas unidades de saúde, porque documentos se faz mediante requerimento, certo? Determinadas demandas são feitas mediante indicação, aqui, pelo regimento da Câmara Municipal, do Poder Legislativo. O que nós não podemos, e a essa orientação, se é que não está claro, é documentos oficiais, quem fornece é o Secretário de Saúde, é o Prefeito, isso do ponto de vista regimental.

Agora, você chegou na unidade de saúde, você quer ter uma determinada informação, você quer entender qual é o fluxo, você quer entender qual é o funcionamento, com certeza as nossas gerentes de unidades estão habilitadas.

O que não pode também acontecer, o que não pode também acontecer – e a gente já vai adiantando aqui algumas questões, nós temos muitos profissionais nas unidades de saúde, como a gente destacou aqui – é as pessoas chegarem, em vez de se dirigir ao gerente da unidade ou ao supervisor, ir direto à fonte que tem uma denúncia ou que tem alguma coisa para falar, porque aí descaracteriza, desautoriza o profissional que está investido no cargo, para poder fazer esse atendimento, essa assistência ao Vereador ou ao assessor, a quem chegar ali de pronto, está certo?

Então, nós temos que pactuar essa relação, está certo? O Vereador Daniel me fez essa mesma, não gosto de falar quando a pessoa está ausente, ele me fez outro dia uma ligação e falou: “Estou aqui no CAPS e estou sendo mal atendido”. Eu falei: “Vereador, não existe essa orientação, eu vou apurar e a gente volta a conversar, está certo?” Assim como todo e qualquer Vereador e Vereadora... a Vereadora já esteve várias vezes lá na Secretaria de Saúde, sabe como é que a gente atende as pessoas, a gente tem respeito.

Então, não tem nenhum problema em passar informações e conversar, o que não pode é fornecer documentos, está certo? É essa situação que a gente tem que ter muita clareza de como é que se dão os encaminhamentos, por quê? Da mesma forma que algum Vereador ou alguma Vereadora chega e pede um determinado documento ou quer ter acesso a determinados documentos que não é possível você garantir o acesso. Nós já

tivemos situações, Vereador, e vocês não podem fechar os olhos, de Vereador querer ter acesso a prontuário, certo? Ao prontuário não vai ter acesso, de chegar e querer ter acesso ao ponto do funcionário ou ter acesso ao leito de descanso... Não, eu só estou dizendo o seguinte, a gente tem que entender por que determinadas regras são estabelecidas, certo? A regra é estabelecida quando há transgressão daquilo que é bom senso, daquilo que é... está certo?

Então, a gente tem que ter muita clareza disso. Agora, atender, conversar, dialogar, nós não proibimos ninguém de estabelecer esse relacionamento com quem quer que seja, com quem quer que seja, está certo? Especialmente para quem está investido no cargo para fazer fiscalização, para fazer essa interface com o cidadão e com os profissionais de saúde ou com os agentes públicos estabelecidos. Então, nós temos que ter muita clareza disso, não é? Da mesma forma, com o Conselho, não é, doutor Vilcemar. A gente sabe que tem alguns conselheiros que extrapolam, chegam extrapolando as suas atribuições, as suas funções.

Então, há necessidade de a gente estabelecer determinado regramento, mas não há da nossa parte nenhuma ordem para não atender. A ordem existe para não fornecer documentos, porque quem representa a Secretaria de Saúde é o Secretário de Saúde, quem representa o Poder Executivo é o Chefe do Poder Executivo. No Regimento e na Lei Orgânica, essa regra está estabelecida de forma muito clara e objetiva, está certo? Então, vamos ter muito bom senso e muita tranquilidade para fazer essas conversas.

Com relação à questão da saúde participativa, eu quero insistir. Existem os mecanismos estabelecidos na legislação, sacramentados, com o processo evoluído. E, por exemplo, nós vamos chamar uma conferência municipal de saúde, que a gente vai fazer de forma descentralizada, uma série de agendas, uma série de reuniões, para a gente ouvir a população.

A partir daquilo que for proposto na conferência municipal de saúde, nós podemos estabelecer mecanismos de fazer várias rodas de conversa, de fazer sei lá qual é o nome que vai se dar. A senhora sabe que iniciativas tipo orçamento participativo, saúde participativa, são diretrizes e linhas de governos, está certo? Não necessariamente faz parte do arcabouço de uma determinada política pública previamente estabelecida em legislação, está certo? Por exemplo, essa audiência que está tendo aqui é fruto de um embasamento legal, está certo? Mas a gente bateu muito murro em ponta de faca para dizer o seguinte: "É preciso que os números da saúde sejam explicitados para ter um maior controle social e para ter uma maior participação da sociedade." Por isso que a Lei nº141 de 2012 é exatamente bem posterior ao surgimento dos conselhos municipais, bem posterior em relação às conferências municipais, está certo? Então nós temos que entender tudo isso que está posto.

Da minha parte, eu gostaria, até para poder fazer um amplo processo de conscientização; e a bem da informação e da verdade, de ter uma audiência permanente 24 horas discutindo saúde. Eu gostaria de ter um conselho permanente constituído por Vereadores, profissionais de saúde, usuários do sistema, de forma permanente 24 horas. Sabe para que, Vereadora? Para a gente poder informar de forma correta e fortalecer o SUS.

Por quê? Eu insisto nisso. Quando a gente faz avaliação, quando a gente insiste que a saúde de Guarulhos está um caos, sem qualificar a crítica, sem qualificar o debate, a gente afasta profissionais, está certo? A gente cria um processo de enfrentamento ou de violência. O usuário já chega pré-determinado de que ele não vai ser atendido, está certo? E, na verdade, não é isso que ocorre. Na verdade, não é isso que ocorre. O número de agressões dos nossos profissionais de saúde por parte de usuários é altíssimo também. Por quê? Por conta dessa visão de que o sistema de saúde está um caos.

Agora, eu não estou discutindo número por número. Eu não vim aqui para discutir número. Aliás, eu sou contra esse formato de você discutir número. Eu gostaria de aproveitar as duas horas aqui para expor o nosso programa de ação. Aquilo que nós gostaríamos de apresentar, de confrontar o que está colocado no plano municipal de saúde e que já não se aplica para Guarulhos, está certo? E aí fazer o debate de forma fraterna, solidária com o Conselho Municipal, com o Conselho Municipal de Saúde e com os conselhos gestores, está certo? Qualificar o debate é fundamental para a gente poder avançar no fortalecimento do SUS. Quando as pessoas... Só para dar um dado.

Outro dia, no mesmo dia – Eu estou morando próximo ali ao hospital da Rede Dor – no mesmo dia que estavam reclamando que estavam há mais de cinco horas na UPA São João, aí eu fui pegar o número. Nós atendemos naquele dia mil fichas. Foram mil atendimentos feitos na UPA São João.

Nos hospitais privados aqui estava seis, sete, oito horas de espera, nos convênios médicos, naquele mesmo dia. Alguém viu uma linha sobre isso? Não. Então, falar mal do SUS, jogar pedra no SUS, fortalece a saúde privada, porque ninguém fala do tempo de espera. As pessoas, às vezes, chegam em 40 minutos, em 60 minutos, é atendido. Fica quatro horas, mas como tem hotelaria, como tem o cafezinho, como tem o chazinho, como tem a bolachinha na rede privada, não fala um “A.” Então, nós temos que entender essa lógica.

Então, eu gostaria de ficar 24 horas, de forma permanente, discutindo. Como é que está o atendimento agora ali no HMU? E comparar com toda a rede privada, qual é o tempo de espera. Eu gostaria de fazer isso. Eu gostaria de fazer assim: não está tendo atendimento.

Olha, dificilmente as pessoas deixam de ter assistência na parte de emergência e urgência em Guarulhos, dificilmente. Nós temos problemas, sim, nos atendimentos eletivos. Mas de urgência e emergência, dificilmente. Por quê? Quando você tem um acidente grave, o SAMU ou o bombeiro pega, leva direto para o hospital e a retaguarda dos hospitais atende prontamente. Isso nós temos razoavelmente estruturado, está certo? Qual é o problema? É exatamente aquilo que eu estou qualificando como a porta de entrada não pode ser o pronto-atendimento dentro do equipamento hospitalar, porque a urgência e a emergência ficam desguarnecidas. O atendimento mais qualificado, na parte ambulatorial ou de retaguarda de internações, fica mais desguarnecido, se você concentra a sua energia para a porta do pronto atendimento.

Então, nós precisamos fazer esse debate de forma... Mas não vai ser hoje que nós vamos esgotar, não é? Nós vamos, com certeza, fazer muito mais conversas, muito mais rodas de conversas aqui, aprofundar isso dentro do instrumento do plano municipal de Saúde, que nós temos um plano vigente até este ano. Nós precisamos produzir um plano para os próximos 4 anos. Dentro da discussão do plano plurianual, que é onde vamos expressar as prioridades e que, a partir daí, você vai colocar na LOA, está certo? Vamos ter esse debate também para fazer aqui no Poder Legislativo. Está certo?

Da mesma forma, para a Conferência Municipal de Saúde, esperamos ampliar e fazer algo até mais qualificado do que o Saúde Participativa fazia. Por quê? Porque nós vamos estar discutindo o momento, nós vamos estar discutindo a conjuntura atual. Está certo? Isso é o que vamos ter que fazer de forma desarmada, respeitando o conhecimento técnico dos profissionais de Saúde envolvidos, respeitando as demandas, a ansiedade e a urgência que a população tem de atendimento.

Eu sempre falo isso para os nossos profissionais: Imagine o seu pai, a sua mãe, o seu filho sendo atendido. Então, você tem que procurar atender como se fosse o seu filho, seu pai e sua mãe que necessitasse. Faço o debate de forma muito clara e muito objetiva. Quando eu falo da necessidade de garantir a universalização, discutir os princípios do SUS com relação à questão da equidade, é porque eu quero muito que a política pública seja valorizada. Por quê? Imagine os senhores se nós não estivéssemos de forma precária. E quando eu critico, inclusive, as instalações físicas das nossas UBSs, imagine se elas não existissem o caos que seria, de fato?

Então, mesmo de forma precária, quem garante o mínimo de assistência... Nós falamos aqui de 2 milhões de vacinas aplicadas no quadrimestre. Nós estamos preservando vidas, estamos promovendo saúde pública. Então, temos que ter esse entendimento, com bastante humildade.

Eu respondi de forma áspera, porque também sou provocado de forma áspera. Nós estamos falando aqui de políticas públicas. Agora, pode ter certeza: o Pedro vai aparecer lá na minha porta com alguma Comissão para poder eu atender, eu atendo de forma tranquila, porque eu reconheço o meu papel, eu sei do meu papel enquanto agente público. Eu não posso perder as estribeiras aqui no papel de Secretário de Saúde, mas eu não vou fugir do debate, porque alguém vem falar alguma impropriedade ou alguém vem fazer algum tipo de provocação mentirosa, caluniosa. Isso eu não vou fazer. Por quê? Porque eu tenho reputação a defender também. Eu tenho reputação de milhares de trabalhadores que trabalham na Secretaria de Saúde e não podem ser achincalhados como negligentes no atendimento à Saúde Pública.

Então, esse debate temos que fazer de forma fraterna, solidária e, acima de tudo, tendo como objetivo oferecer Saúde de qualidade para a população de Guarulhos e a quem mais precisar dos nossos serviços.

Está bem? É isso. Obrigado, Vereador, mais uma vez, pela forma cordial e correta com que nos atende aqui no Poder Legislativo.

A todos os Vereadores, a Comissão de Saúde, a Vereadora Janete sabe que eu sempre me coloquei à disposição da Comissão de Saúde para poder aprofundar o debate.

Agradecer as assessorias aqui dos Vereadores e Vereadoras que não puderam participar, aos colaboradores da Secretaria de Saúde, a população aqui presente e dizer o seguinte: nós sabemos que nós temos problemas, mas temos ideias e soluções. Queremos ter espaço para debater as soluções. Os problemas, todos nós sabemos como é que eles estão. Agora, as soluções temos que viabilizar recursos, temos que viabilizar profissionais com conhecimento. Nós temos que viabilizar a população, cada vez mais esclarecida dos seus direitos e cada vez mais cientes daquilo que o Sistema Público de Saúde pode oferecer.

É isso o que buscamos. Só vamos conseguir fazer isso se envolvermos todos nós, com humildade e com determinação de fortalecer o SUS. Quero insistir nisso.

Falando mal do SUS, gente, não vamos caminhar para lugar nenhum. Muito pelo contrário. Outro dia, eu liguei, só para vocês terem uma ideia, não estávamos conseguindo contratar médicos psiquiatras com RQE. Eu liguei para um amigo meu, e eu sei que ele coordena um grupo grande de psiquiatras na rede pública, em outras cidades, falei para ele: "Eu preciso que você me ajude a trazer alguns médicos com RQE para a cidade de Guarulhos?" Aí, ele falou assim: "Márcio, mas eu estou vendo pelas reportagens, eu estou vendo que os profissionais de Saúde estão sendo agredidos nas unidades, não tenho condição de oferecer nada para ninguém".

Eu falei: "Não é nada disso, você me conhece. Eu jamais o convidaria se não tivéssemos condições de oferecer condições dignas de trabalho, também". Resultado, Janete, sabe o que está acontecendo? Ontem começou seis psiquiatras RQE nos nossos CAPS. Por quê? Porque estamos colocando, estamos buscando trazer profissionais que, de fato, tenham compromisso com o SUS e que tenhamos condições.

Com relação aos médicos de OS's, vamos só entender também como é que é um pouco essa relação. Alguns profissionais não querem ter relação, seja mediante concurso, seja mediante contratação direta com o Poder Público. Eles preferem o modelo de PJ.

Então, enquanto eles estão recebendo direitinho, eles não querem nem dar satisfação para o Secretário de Saúde. Aí eles deixam de receber um mês, aí, a culpa é do Secretário de Saúde, a culpa é minha.

Então, nós temos que entender isso. Têm alguns médicos que coordenam verdadeiras cooperativas, lucram muito, quando eles deixam de receber um pouco, aí, eles vêm procurar a Câmara Municipal e dizer que a Secretaria de Saúde não fiscalizou o contrato. Só que nós fiscalizamos os contratos. Verificamos se está sendo pago as empresas contratadas e recebemos nota fiscal. Estamos entendendo que todos estão recebendo.

Normalmente, o problema só vem depois de um determinado tempo e que nós já fizemos todos os pagamentos. Então, precisamos entender essa relação também, mas, da nossa parte, eu posso garantir que temos sido atentos a essa questão: Olha, prestação de contas, vai liberar o próximo pagamento? Tem que verificar se os profissionais receberam. A mesma coisa, outro dia alguém me abordou falando: "Ah tem médico sem receber já faz 60 dias". Você vai ver o contrato deles, entre eles, é isto: Trabalha um mês, recebe 60 dias depois. A Prefeitura está pagando rigorosamente dentro dos 30 dias. Se o pacto entre eles é receber 60 dias depois, eles têm que alterar o contrato entre eles. Essa relação de trabalho não cabe a nós fazermos o filtro. O que cabe a nós é garantir que os pagamentos sejam feitos e garantir as escalas para poder atender bem a população de Guarulhos.

Obrigado a todos. Um forte abraço e esperamos mais oportunidades para aprofundar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Passos) – Senhor Secretário, eu quero agradecer sua participação, da Secretária-Adjunta Flávia Souza, Chefe de Gabinete ao Rafael, ao Presidente do Conselho, muito obrigado a todos os Vereadores, a todos os profissionais aqui da Saúde.

Só rapidamente fazer umas observações aqui, Secretário, primeiro esta Casa não tem o conhecimento que o senhor acabou de dizer. Para nós, chega o quê? A prefeitura pagou a OS. Se a OS chamou médico A,

médico B, se chamou lá a empresa deles para contratar, nós não temos esse conhecimento. A nossa preocupação é que a população seja atendida. A nossa preocupação é que a população, quando chega lá para passar por um médico, tem o médico para atender e sei é que a preocupação do senhor como Secretário e de toda a sua equipe, mas nós não temos esse conhecimento.

Chega para nós o seguinte: acordos, como a Vereadora Janete acabou de dizer aqui, nós convidamos um representante de uma OS para vir conversar conosco aqui na Comissão de Saúde e não vieram. Exatamente. Simplesmente, não vieram. Foram chamados com antecedência. Existe já na Justiça essa causa e para nós nos causa estranheza essa mesma OS continuar operando na nossa cidade, sendo que tem um débito, não a Prefeitura, não a Secretaria, não tem um débito, e sim a OS que opera.

O senhor falou sobre o psiquiatra, inclusive, esse médico dessa que trabalhou para a OS é psiquiatra. Por um bom tempo, ele esteve gerenciando lá a psiquiatria do Hospital Pimentas e que, hoje, simplesmente, essa OS não atende. Fez cinco acordos com os médicos: não pagou.

Agora, o Secretário Márcio tem culpa disso? Não. Ele chegou há 5 meses. Não foi ele que assinou, não foi ele que fez, não foi a sua equipe que fez, mas, infelizmente, sobrou para o senhor e para a sua equipe.

Quando esta Casa ou esta Comissão, ou qualquer Vereador aqui quer fazer alguma coisa, ele quer ajudar. O conhecimento que o senhor tem, agora eu não vou dizer como Vereador. Eu falei isso olhando nos seus olhos o dia em que eu estive no seu gabinete: Se o senhor conseguir implantar 40% do seu conhecimento e do que o senhor quer e a sua equipe, como guarulhense, como morador dessa cidade, eu vou ficar muito feliz, porque nós vamos ver uma grande mudança na cidade de Guarulhos.

Concordo com o senhor. Se, hoje, aquela UBS, que é precária, que o colaborador, o funcionário, que tem que trabalhar ali, o médico, o enfermeiro, o atendente SUS, o gerente é precário, mas se ele não fizer o atendimento ali, porque ele não tem escolha, ou é ali ou é ali. Agora, o senhor já é um Secretário que está preocupado com isso. O senhor é um Secretário que tem visitado, o senhor é um Secretário que tem visto a necessidade, o respeito, que não só o munícipe merece, mas que todos os funcionários também merecem e o senhor está preocupado com isso. É lógico, o senhor não pode mudar de uma hora para a outra. Não tem como fechar uma UBS para uma reforma.

Aqui eu acho que todos os Vereadores que estavam aqui, todos que participaram dessa sua preocupação, eu, por exemplo, vou confessar ao senhor, eu não sabia disso, não tem uma maca para transportar um obeso.

Vereadora Janete aqui falando: “Eu tinha esse conhecimento e tudo”. Que bom de você não ter uma cama num hospital e o senhor como Secretário já detectou isso em 5 meses. Então, vemos o interesse que o senhor tem com a Saúde. Eu acho, sim, está na hora desta Casa, do Conselho de todos os funcionários, bandeira branca, trabalharmos em conjunto para que o nosso SUS possa ser valorizado, que a pessoa não saia da sua Casa já com a intenção de brigar com a atendente que está ali que vai fazer a sua ficha, do médico que, às vezes, está atendendo 40, 50 minutos para ele correr, ligar para alguém para alguém sair correndo para fazer as suas *lives*, que eu não sou contra, mas que seja com respeito, que qualquer Vereador ou Vereadora que chegue numa UBS, chegue para somar, chegue para ouvir, seja para respeitar a gerente, para perguntar para a gerente o que está acontecendo, se o médico veio trabalhar, se ele não veio trabalhar, porque quem menos tem culpa ali é a gerente com toda a sua equipe que está trabalhando ali e que, muitas vezes, tem sido desrespeitado. Isso também nós não concordamos.

Esta Casa tem discutido muito sobre isso. Claro, um Vereador, eu acho que quando ele chega, ele vai ali pedir o quê? Uma escala médica para confrontar. Eu acho que isso a gerente ela pode dizer: “Olha, Vereador, Vereadora, está aqui a escala médica, esse médico veio, esse não veio, tudo e tal”. Está publicado e está publicado e vai ali olhar. E ali, com respeito, vai com a gerente, porque, às vezes, a gerente não pode nem falar. Ela está ali, conseguimos entender e nós temos que respeitar isso.

Se eu não estou satisfeito com o que foi dito, eu saio da UBS, eu vou até a Secretaria e ali a Lei Orgânica permite que qualquer Vereador trabalhe e fiscalize do jeito que tem que ser feito e ali eu vou pedir para o Secretário: “Secretário, eu quero vistas agora nisso ou naquilo”. E ali o senhor vai ter ali também a oportunidade, a sua equipe de dar.

Então, eu quero dizer que esta Casa, os 34 Vereadores e Vereadoras que compõem esta Casa, nós queremos colaborar, nós queremos ajudar, porque eu acho que quem ganha é a população. Eu fui no Hospital Carlos Chagas, o senhor tem razão. Eu fiquei 4 horas e 32 minutos aguardando para ser atendido. Óbvio, nem o café tinha, nem o café, Felipe, tinha, porque ainda quando o Secretário falou assim: “Tem café”. Mas não tinha nem o café. Mas eu dispensava o café, porque eu estava com uma dor, o que eu queria era ser atendido rapidamente.

Agora, o que eu fiz? Saí dali, procurei a direção, fiz por escrito uma reclamação. Fiz uma reclamação, por quê? É impossível. Eu estava vendo outras pessoas também ali aguardando. Então, saúde pública é um desafio muito grande.

Então, conte com esta Casa para podermos apoiar, o senhor, a sua equipe. O senhor é um homem que conhece, é um técnico que

conhece, vê aqui as palavras do Presidente, gostaria de convidá-lo, não é, Vereadora Janete? Para participar das nossas reuniões aqui também da Comissão, o senhor vai colaborar, o senhor vai nos ajudar. Então, o senhor e a toda a sua equipe, desejo uma boa sorte ao senhor, porque, dando certo, quem ganha é a população de Guarulhos. Essa população sofrida, que merece todo o respeito.

Então, uma boa sorte ao senhor, a toda a sua equipe, a todos os funcionários da Saúde, que sabemos que não é fácil, não é fácil, vocês estarem ali no seu dia a dia e as pessoas já entrarem ali e já quererem gritar e já quererem bater e, às vezes, as pessoas, nós temos visto funcionários sendo afastados com problema emocional, fazendo tratamento, passando por psicólogo, tomando remédio, pessoas que já não têm mais o interesse de acordar cedo para ir para o seu local de trabalho. Por quê? Porque o seu local de trabalho ali, infelizmente, passou a ser uma guerra.

Que Deus abençoe a essa cidade, que dê a direção certa a cada um, na sua função. Que possamos nos unir e melhorar a Saúde.

Muito obrigado. Deus abençoe a todos. Está encerrada esta audiência.

– Encerra-se a Audiência Pública.

– PRESIDENTE –
Vereador Gilvan Passos

OBS: OS DISCURSOS AQUI TRANSCRITOS NÃO FORAM REVISTOS PELOS ORADORES.